

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 2.

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **2.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária após o período de recesso. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o nosso 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Temos, sim, inclusive dividimos em várias Sessões para poder cumprir o que prevê o nosso Regimento.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 728/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei

n.º 617/2021, sendo convertido na Lei n.º 20868; **Ofício n.º 727/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 555/2021, sendo convertido na Lei n.º 20871; **Ofício n.º 731/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 353/2021, sendo convertido na Lei n.º 20869; **Ofício n.º 725/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 571/2021, sendo convertido na Lei n.º 20870; **Ofício n.º 730/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 642/2020, sendo convertido na Lei n.º 20866; **Ofício n.º 726/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 394/2021, sendo convertido na Lei n.º 20867; **Ofício n.º 729/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 672/2021, sendo convertido na Lei n.º 20872; **Ofício n.º 734/2021** do Governador do Estado, comunicando que vetou o Projeto de Lei n.º 616/2019 (**Veto autuado sob o n.º 1/2022**); **Ofício n.º 781/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 446/2021, sendo convertido na Lei n.º 20888; **Ofício n.º 831/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 677/2020, sendo convertido na Lei n.º 20948; **Ofício n.º 823/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 568/2021, sendo convertido na Lei n.º 20947; **Ofício n.º 825/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou parcialmente o Projeto de Lei n.º 713/2021 (**Veto parcial autuado sob o n.º 4/2022**), sendo convertido na Lei n.º 20946; **Ofício n.º 796/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 759/2021, sendo convertido na Lei n.º 20924; **Ofício n.º 792/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 762/2021, sendo convertido na Lei n.º 20918; **Ofício n.º 790/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 708/2021, sendo convertido na Lei n.º 20914; **Ofício n.º 818/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 744/2021, sendo convertido na Lei n.º 20939; **Ofício n.º 791/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 760/2021, sendo convertido na Lei n.º 20926; **Ofício n.º 807/2021** do Governador

do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 772/2021, sendo convertido na Lei n.º 20920; **Ofício n.º 794/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 757/2021, sendo convertido na Lei n.º 20923; **Ofício n.º 824/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 722/2021, sendo convertido na Lei n.º 20941; **Ofício n.º 812/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 12/2021, sendo convertido na Lei Complementar n.º 242; **Ofício n.º 808/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 11/2021, sendo convertido na Lei Complementar n.º 241; **Ofício n.º 809/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 728/2021, sendo convertido na Lei n.º 20933; **Ofício n.º 802/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 730/2021, sendo convertido na Lei n.º 20935; **Ofício n.º 813/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 658/2021, sendo convertido na Lei n.º 20938; **Ofício n.º 811/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 15/2021, sendo convertido na Lei Complementar n.º 240; **Ofício n.º 787/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 770/2021, sendo convertido na Lei n.º 20917; **Ofício n.º 798/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 764/2021, sendo convertido na Lei n.º 20919; **Ofício n.º 795/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 771/2021, sendo convertido na Lei n.º 20916; **Ofício n.º 799/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 501/2021, sendo convertido na Lei n.º 20929; **Ofício n.º 2/2022** do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 14/2022**) que altera a redação do art. 136 da Lei Estadual n.º 16024, de 19 de fevereiro de 2008 – Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Comunicado: Comunico aos Sr.^s Deputados que a Ata Resumida da 1.^a Sessão Ordinária, ocorrida na semana passada, está disponibilizada para leitura pelos Sr.^s

Deputados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nas unidades dos gabinetes dos Sr.^o Parlamentares. Decorrido o prazo de 24 horas para pedidos de retificação, estabelecido no §1.^º do art. 7.^º da Resolução n.^º 19/2020, será considerada aprovada e, assim, a íntegra da reunião será publicada no Diário Oficial da Assembleia, conforme estabelecido no art. 139 do Regimento Interno.

Senhor Presidente, se o senhor me permitisse, gostaria de fazer um esclarecimento à Casa e a todas as pessoas que acompanham a Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, informando que a Sessão realizada no dia 2 de fevereiro, última quarta-feira, cumpriu um mandamento constitucional, conforme prevê a Constituição Federal e a Estadual, no seu art. 87, quando o Governador do Estado, por força do inciso X da Constituição, comparece a esta Casa, onde faz a entrega do relatório de atividades e faz um pronunciamento informando a situação do Estado. Isso é previsto no início de cada Sessão Legislativa, conforme estabelece a nossa Constituição Estadual. O mesmo ato foi promovido no âmbito Federal com a presença do Presidente da República, Bolsonaro, que fez o mesmo gesto, que é previsto constitucionalmente. Por isso que é uma Sessão que não é deliberativa, onde não há pronunciamentos de nenhum outro Parlamentar, a não ser a fala do Governador, do Chefe do Poder Executivo, no caso do Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Junior. Faço só essa afirmação, Sr. Presidente, porque muita gente não sabe que uma Legislatura é composta de quatro Sessões Legislativas. Sessão Legislativa é a terminologia utilizada para definir o ano Parlamentar. O ano Parlamentar é regulado de acordo com a Constituição Federal e Estadual do Brasil e se inicia no dia 1.^º de fevereiro, nos anos onde não há eleição da Mesa, da posse e eleição de Mesa, 1.^º de fevereiro, e conclui-se no dia 17 de julho, reiniciando no dia 2 de agosto e concluindo-se até no máximo no dia 22 de dezembro. Aliás, esse ano tivemos até um período de convocação extraordinária para a semana do dia 27 de dezembro, mas não é só o Parlamento Estadual que observa essa norma, todos os Parlamentos, em todos os regimes democráticos, têm Sessão Legislativa, com início e fim, é o ano que não se coincide com o ano civil, é diferenciado em relação, isso funciona aqui no Paraná, em São Paulo, funciona no Brasil, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Bélgica,

na França, até na China é assim, mesmo em um regime diferente, tem Sessão Legislativa e tem um período de funcionamento dos Parlamentos. Falo isso porque suscitou um grande debate, uma discussão sobre isso, porque o recesso Parlamentar é previsto regimentalmente, muito embora a Casa tivesse disponibilizado, por uma questão de economia, 30 dias de férias para os servidores desta Casa para que eles pudessem cumprir aquilo que é um direito trabalhista, e todos retornaram no dia 19 de janeiro ao trabalho, sendo que a maior parte dos Parlamentares, os gabinetes parlamentares funcionaram inclusive no recesso, no plantão, e muitos, inclusive, a maior parte dos Parlamentares dia 10 de janeiro estavam aqui trabalhando na Assembleia Legislativa e alguns nem interromperam o período de trabalho de forma regular. Senhor Presidente, concluo a minha fala aqui, até por conta de todo um debate que houve, gostaria de fazer esse esclarecimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao primeiro orador inscrito, mas antes disso cumprimento o aniversariante do dia, Deputado Soldado Fruet, aniversariante do dia. Estamos lhe cumprimentando. Primeiro orador, Deputado Coronel Lee.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Coronel Lee; Cantora Mara Lima; Plauto Miró; Evandro Araújo; Galo; e Boca Aberta Junior.

DEPUTADO CORONEL LEE (PSL): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Nossa nobre Governador, Chefe do nosso Executivo, sempre falo, sempre falei, desde 2019, Sr. Presidente, que nós, principalmente nós da Base aliada, somos conselheiros do Governador, pelo menos assim tentamos ser, porque agora, se somos considerados é outra situação, é outro conceito. Alertamos, desde o início do nosso mandato, sobre a situação na segurança pública, pedimos providências quanto à Secretaria, quanto ao Secretário de Segurança Pública, que é notório, é público isso, e chegamos agora em um inevitável, que são as manifestações na esfera da segurança pública. Então, realmente as forças de segurança chegaram ao seu limite, todos estão cientes

que é o nosso, está se exaurindo o nosso tempo. Desde 2019, Sr. Presidente, não sei se o senhor está ciente, estamos pedindo por um projeto de equiparação salarial com a nossa coirmã Polícia Civil. Então, sabemos que tem vários meandres aí, inclusive sobre nosso curso superior, entre outras situações, mas estamos pleiteando desde então, e desde 2019 estamos aguardando, sempre: *Calma, agora é pandemia, agora estamos vendo o caixa!* Tudo bem, estamos cientes, somos adultos o suficiente para ouvir as situações, mas, o Governador, ele é comandante e chefe das forças militares do Estado, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiro Militar, então é o nosso comandante e chefe. Estivemos presentes, disciplinadamente, ao lado de todos os Ex-Governadores e ao lado do Governador Ratinho Junior, disciplinadamente. Comprovamos, nós que eu digo, Polícia Militar, comprovamos isso que estou falando quando eles invadiram nossa Assembleia Legislativa, teve manifestação de funcionários públicos, teve infiltrados, teve marginais, não sei o que teve ali, agora sou um Deputado, estou um Deputado, e quebraram tudo, tentaram invadir o Palácio do Governo, e quem é que estava à frente, senhores? Saiu em todos os jornais: Polícia Militar do Paraná esteve presente. Quem é que está disposto a ficar entre uma agressão contra o Governador? A Polícia Militar. Quem é que está disposto a ficar entre a lâmina de uma faca e o corpo do Governador? A Polícia Militar. Quem é que está disposto a ficar entre um projétil de uma arma de fogo e o corpo do Governador? A Polícia Militar. Quem são seus pilotos nas suas aeronaves, Governador, quem são seus pilotos nos seus veículos, treinados, altamente treinados, capacitados, estão aí acompanhando dia e noite? É a Polícia Militar, Governador. Reunimos agora, Presidente, reunimos, agora durante o recesso, dez associações, entre elas aí a Mai, a Subtenentes e Sargentos, AVM, Praça do Litoral, Cascavel, Londrina, bom, foram dez, fizemos uma ata, encaminhamos uma documentação para o Comando-Geral ao que compete a ele, por exemplo, alimentação e a padronização da carga horária. E outras documentações, que são de projeto de equiparação, ou seja, apoio a essa reestruturação da tabela do subsídio, encaminhamos ao Governador, disciplinadamente, como manda o figurino, como nos é peculiar, entende? Por que essa reestruturação da tabela do subsídio? Porque estava calculado errado e

ninguém notou até hoje, mas nós notamos, no ano passado somente, mas notamos, e encaminhamos a documentação para o Governo. Não tivemos resposta. Mas, disciplinadamente, reunimos essas dez Associações e encaminhamos ao Governador, com atenção muito especial. Mas o tempo está se esvaindo, senhores, não é novidade isso, não é mesmo? Esta reestruturação da tabela do nosso subsídio, ela inclusive independe da aprovação da nossa Casa de Leis, é só uma correção da tabela, mas ainda não tivemos resposta. Senhores, já falei várias vezes essa frase aqui e estou falando de novo, o tempo está se esvaindo, o seu último anteparo, senhor Governador, com todo respeito, a força pública do Estado, que sempre esteve ao lado dos Ex-Governadores, está ao seu lado, está lhe escapando pelo vão dos dedos. É isso. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (PSC): Quero cumprimentar o Sr. Presidente, demais Deputados. O que me traz hoje, Sr. Presidente, protocolei um requerimento da Bancada Evangélica como líder, acerca do ocorrido na Igreja do Rosário, dessa invasão que houve lá, esse desrespeito religioso. Estamos vivendo momentos difíceis. Há uma violência contra a criança, há uma violência contra a mulher, há uma violência contra as mulheres na política, e há violência agora religiosa também. O Sr. Renato Freitas, Vereador desta cidade, do PT, que deveria trazer um exemplo como liderança política, foi quem comandou a entrada ao santuário, desrespeitando todos os membros, o senhor Padre que ali estava no sermão, com palavras de ordem, chamando de fascista e tudo mais, denegrindo a Igreja Católica, e isso não pode ficar assim. Sou evangélica, mas estamos chegando a um momento em que a intolerância religiosa, que pensávamos que só tinha lá no Iraque, em outros países, está chegando também ao nosso País. Então, protocolamos com os Deputados Gilson, Amaro, Lee, e outros Deputados da Bancada Evangélica, algo que venha realmente trazer à tona a nossa indignação por meio de um requerimento. O Código Penal Brasileiro, 208, ele já prevê como crime qualquer tipo de afronta a cultos religiosos, trazendo de um mês

a um ano de prisão, e se agravando isso se houver violência. Também fizemos um pedido à Câmara Municipal de Curitiba para que ela possa tomar providências contra esse senhor, Sr. Renato Freitas. Assim não pode ficar. Aqui nesta Casa entramos com Projeto de Lei que está sendo tramitado desde 2020, agora é um momento oportuno para falarmos, que é a liberdade religiosa. Ele está na CCJ, já falamos com o Deputado Nelson Justus para que acelere isso. Agora provou-se definitivamente que é necessário um projeto para salvaguardar a questão da liberdade religiosa no nosso Estado. Parecia que no momento muita gente dizia assim: *Olha, mas já é protegido por meio da Constituição.* Queremos resguardar esse direito no Estado do Paraná para que não aconteça isso que aconteceu sábado ali na Igreja do Rosário. Esse privilégio de poder adorar a Deus, de poder exaltar o nome dele com liberdade, isso não pode ser de forma nenhuma ameaçada por gente desvairada, em nome do não racismo, que na verdade não justificou, porque se realmente fosse isso não era dessa forma que teria que ser feito o manifesto. Então, fica aqui a nossa indignação, e que esse projeto da liberdade religiosa no Estado do Paraná seja tramitado o mais rápido possível para salvaguardar o direito de todos de adorar a Deus, dentro da sua religião, na sua maneira de cultuar, e que nunca mais se repita esse tipo de ato no Estado do Paraná, porque se a moda pega, daqui a pouco as Igrejas serão invadidas e ninguém vai fazer nada? Não, enquanto Deputada, peço ajuda aos Deputados, e que assinem também esse requerimento conosco, para que possamos resguardar os nossos cultos no Estado do Paraná. Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Plauto Miró.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (DEM): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Desde que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná entrou em recesso até as últimas semanas do mês de janeiro, e também de fevereiro, acompanhamos uma situação delicada que está acontecendo no litoral do Estado do Paraná com relação à travessia dos veículos de Matinhos a Guaratuba, e de Guaratuba a Matinhos, trabalho esse realizado há décadas por empresas

renomadas e que ali sempre prestaram um grande serviço aos usuários. Cobram naturalmente um determinado valor e em troca disso prestam o serviço. Agora, no mês de abril do ano passado, a Secretaria da Infraestrutura, por meio do DER, que é seu órgão, por sinal, Sr. Presidente, a Secretaria é comandada por um pontagrossense, que é o Sandro Alex, que também é Deputado Federal, e o DER comandado pelo Sr. Fernando Furiatti, que foi trazido pelas mãos do Secretário da Seil, e ali firmaram um contrato onde laboraram um edital de licitação, onde havia a necessidade de ter como referência a travessia de 800 mil veículos por ano, mas não sei por que cargas d'água eles trabalharam esse edital favorecendo uma empresa de pequeno porte. De 800 mil veículos, eles colocaram 300 mil veículos por ano. A referência histórica são os 800 mil veículos. Com isso, um *picareta*, pelo que tudo mostra, venceu a licitação, sendo favorecido por esse edital novo que foi colocado pelas mãos do Secretário de Infraestrutura e pelo Diretor-Geral do DER. E essa empresa começou a prestar o serviço e já lá no ano passado tivemos e vimos os *ferryboats* que fazem o transporte dos veículos ficando à deriva. Depois de ficar à deriva, vimos aí um *ferryboat* que teve uma pane e teve que estacionar de ré, onde os veículos tiveram que sair. Nunca ouvi falar nisso, sair de ré de dentro do *ferryboat*. Também agora, no mês de janeiro, o afundamento de um flutuante, que é o espaço onde o *ferryboat* encosta e os veículos em cima desse flutuante se deslocam para dentro das embarcações. E, com tudo isso, o que estamos vendo é esse caos. Ouvi autoridades do Estado falando que não havia condições de interferir e tirar essa empresa, que não tem capacidade técnica e nem financeira, que está prestando o serviço de travessia. E o Prefeito de Guaratuba, o Roberto Justus, acabou tomando uma iniciativa que o Governo, que a Secretaria da Infraestrutura não tomava, que foi chamar para si a tentativa de solucionar esse problema criado pelo DER e pela Seil. E espero, pelas informações que tenho, que ouvi do Deputado Nelson Justus, que em breve essa interferência do Prefeito vai fazer com que se consiga solucionar esse problema criado pelo Governo do Estado do Paraná. Olha, é uma vergonha, Sr. Presidente, a situação que está, o perigo que estão correndo as pessoas que ultrapassam e que usam aquele serviço. As embarcações velhas, os flutuantes

todos podres. A empresa que lá está, fiquei sabendo hoje ainda, não tinha dinheiro, Sr. Presidente, para comprar o óleo *diesel*, porque ela não pagou, está atrasada, os postos não querem vender para essa empresa chamada BR Travessias. Enfim, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná está coletando assinaturas para criar uma Comissão Especial, e quero dizer que, no momento de criada essa Comissão, com o meu apoio, vou de perto acompanhar toda essa situação que está criada lá no município de Guaratuba e de Matinhos. Quero salientar, mais uma vez, a firmeza do Prefeito de Guaratuba, que se não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Plauto, por favor, para concluir.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (DEM): ... se não fosse essa interferência, essa solução não estaria sendo dada, se Deus quiser, nos próximos dias. Mas quero dizer: *Tem boi na linha*, Sr. Presidente! Esse negócio de trazer um *picareta*, mexendo no edital, tem coisa errada! E a Comissão aqui nesta Casa vai investigar e vai contar quem é que está levando vantagem em toda essa questão. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Senhor Presidente, nobres Deputados e Deputadas, dirijo-me a V.Ex.^{as} para também fazer algumas considerações neste início, portanto, não diria oficial, mas dos trabalhos legislativos aqui desta Sessão Legislativa. Sobre o assunto que o Deputado Plauto traz, também fui várias vezes questionado. Inclusive fui, Deputado Hussein, vítima de ter ficado ali por quase duas horas ou mais um pouco para ser atendido naquela travessia, agora no início de janeiro. Então, só para registrar isso e dizer que acompanho. Hoje temos aqui, por parte inclusive do Líder do Governo, esse anúncio. Enviou uma matéria aqui do anúncio do Governo já de contratação emergencial e, portanto, de suspensão, de suspensão, diria de declaração de cessão do serviço prestado pela empresa na

sequência, empresa concessionária. Dizer que também recebi da Câmara de Vereadores de Guaratuba questionamentos acerca desse assunto. A Vereadora Edna me enviou um expediente, e obviamente que providências devem ser tomadas. E também apresentamos Requerimentos nesse sentido. Então, só para poder esclarecer sobre o assunto que foi trazido agora há pouco a esta tribuna. No mais, Sr. Presidente Traiano, Deputados e Deputadas, quero brevemente só dizer do nosso descontentamento e do nosso repúdio em relação ao ocorrido no final de semana, na igreja, na Igreja do Rosário, a igreja dos pretos do Rosário, e que foi realmente um episódio lamentável e triste, e que não podemos deixar de repudiar, para que isso não se repita, para que isso não possa virar uma prática e uma prática desrespeitosa, com a intenção seja ela de se manifestar sobre o que quer que seja. É claro que, como bem disse a nota oficial da Arquidiocese de Curitiba, de Dom Peruzzo, é claro que a questão racial merece ser discutida, refletida, é claro que temos que buscar igualdade de direitos, é claro que esse debate ele é mais do que necessário. No entanto, a forma como foi feita, desrespeitando ali aquele ambiente, desrespeitando as pessoas que ali estavam, de fato merece aqui da nossa parte uma manifestação de repúdio. E quero ler apenas uma parte, o final da nota que foi manifestada pela Arquidiocese que diz o seguinte: “A posição da Arquidiocese de Curitiba é de repúdio ante a profanação injuriosa. Também a Lei e a livre cidadania foram agredidas. Por outro lado, não se quer ‘politizar’, ‘partidarizar’ ou exacerbar as reações. Os confrontos não são pacificadores. O que se quer agora é salvaguardar a dignidade da maravilhosa, e também dolorosa, história daquele Templo.” Então, com certeza, também, essa dignidade dessa história, uma igreja que tem uma história, e também das pessoas que lá estavam. E, obviamente, o direito de se manifestar, mas de maneira pacífica, ordeira. Fato é, Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, que ultimamente, nos últimos anos, no Brasil, parece que a tentativa de lacrar, a tentativa de *jogar para a galera*, de colocar nas redes sociais episódios como esses têm sido constantes. E, em vez de termos manifestações cívicas, manifestações que possam de fato ir ao encontro daqueles temas que merecem serem tratados, acabam por se tornar episódios tristes para colocar nas redes sociais, e é o que vimos aqui. Então, a

nossa nota de repúdio, a nossa manifestação aqui, e também o nosso aplauso à posição e à nota da Arquidiocese de Curitiba. Muito obrigado, Sr. Presidente! Boa tarde a todos!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Galo, mas antes registro aqui na Casa a presença dos Vereadores de Dois Vizinhos, nossos amigos Chico Peretto, Jair da Silva e o Kike; e do Secretário-Geral de Governo, Sr. Diego Borsatti; do Diretor da Apac, Sr. Paulo Violato. Esta Presidência agradece a presença aqui na Casa do Prefeito de Mercedes, Sr. Laerton Weber; do Vice-Prefeito, Sr. Alexandre Graunke; e do Secretário da Administração, Sr. Edson Knaul; por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Sejam todos bem-vindos! Próximo orador, Deputado Galo. Estamos com saudades de V.Ex.^ª!

DEPUTADO GALO (PODE): Da mesma forma, Excelência. É um prazer enormevê-lo com saúde acima de tudo, sempre elegante e com muita liderança para conduzir os trabalhos da Casa. Senhoras e senhores, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados. Quero me dirigir, neste momento, e não é coincidência, o Guto Silva, o Deputado Guto Silva acaba de adentrar a Casa, e é exatamente nesse assunto, Guto Silva, que vou falar neste instante. Durante três anos, senhoras e senhores, este que vos fala esteve junto ao Governo do Estado, fazendo parte da Base do Governo, atendendo ao Líder Hussein Bakri e votando tudo que foi solicitado, porque palavra é uma só. Dizem que na política o bom é não ter palavra. Você fala às 5, às 5h1min você não cumpre. Não aprendi dessa forma. Então, quero fazer primeiro um agradecimento. Vejo aqui o meu querido Guto Silva, que está com o nosso Líder Hussein Bakri, e agradecer você, Guto Silva. Hoje você retorna à Casa como Deputado, mas em nome de toda a população que V.Ex.^ª deu condições que este simples Deputado conseguiu levar, como foi para o nosso litoral, como foi para a minha querida Paranaguá, e outros locais longínquos aqui da Capital, para que o Galo pudesse ter ali o assento como um representante da população. O senhor, Guto Silva, V.Ex.^ª não olhou ao Deputado Galo que nunca adentrou o seu gabinete para pedir algo pessoal.

Nunca fui ao seu gabinete para dizer assim: *Secretário Guto Silva, arranja isso para mim aqui. Um jeitinho.* Nunca fiz isso e jamais farei. E tudo aquilo que V.Ex.^a acabou destinando ao litoral, e neste momento quero falar da Escola Cidália que está lá a todo vapor, foi emenda que foi retirada do seu orçamento, foi uma ajuda da Fundepar, foi o apoio do Hussein Bakri para que possamos, unimo-nos para buscar uma reforma que fazia já 20 anos que estava parada. Acredito que o Governador disse: *Vamos em frente.* E isso vem ocorrendo. O que me causa apenas estranheza, senhoras e senhores, é que durante três anos solicitei audiência com o Governador Ratinho Junior. Solicitei uma, duas, três, quatro, cinco, seis e desisti. Poxa, estando na Base do Sr. Governador Ratinho Junior, nunca consegui sentar com o Governador. Não sei nem como que é a sala do Governador. Nunca tive condições de ter assento à casa do Ex.^{mo} Sr. Governador para reforçar os meus pedidos para minha população que represento. Não sentaria na sala do Governador para dizer: *E aí, Governador, me dá uma vantagem aqui e ali.* Não, dessa forma não seria um representante do povo. Ato contínuo: *O Galo vai permanecer na Base do Governo?* Parece-me que, para o Governador, se o Galo estiver na Base ou o Galo não estiver na Base, a água segue normal, não muda o curso. *Está chorando aí na tribuna, Deputado!* Não, não estou chorando não. Estou sendo apenas realista porque os pedidos que trago, como agora estou órfão, não tenho mais na Casa Civil o Guto Silva, fica difícil que uma proposta em nome da população vá em frente, porque vou esbarrar exatamente em uma Casa Civil que dificilmente vai dar condições de o Deputado Galo fazer as suas solicitações em nome da população. Mas, Hussein Bakri, não tenho nenhum tipo... Como vai, lorde, tudo bem? Não tenho nenhum tipo de ressentimento de ter sido comandado por V.Ex.^a como Líder do Governo nas solicitações que você fez ao Galo para acompanhá-lo e aquelas que fiz ao senhor e o senhor cumpriu. Então, senhoras e senhores, o ano vai dizer. O Galo vai permanecer na Base do Governo? Só Deus sabe. Depende do *andar da carruagem*, depende se o Governador Ratinho Junior desejar. O ano está começando. Até então três anos de lealdade o Governador nunca abriu a porta para eu ver como é que é a sala do Governador. Não sei nem se a mesa é

grande, se a mesa é curta, se a cadeira é bonita ou se a cadeira é feia, se tem ar-condicionado ou não tem, não sei como é que é. E olha que pedi. Senhor Governador, sucesso, porque o Galo não atrapalha em absolutamente nada. É o que V.Ex.^a está demonstrando. Vida longa, meu querido Turini! Muito bom vê-lo aqui, Doutor.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): *Pela ordem, Dr. Batista.*

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, Deputado Dr. Tercílio Turini, não poderia deixar de falar, já que ouvi o excelente discurso do Deputado Galo citando o nosso Deputado Guto Silva. Temos que agradecer, Sr. Presidente, ele como companheiro de todos os Deputados aqui, como Secretário-Chefe da Casa Civil, o trabalho brilhante que o Deputado Guto Silva fez como Secretário para todo o Estado do Paraná, atendendo as todos os Prefeitos, todos os Vereadores, todos os Deputados, com uma fidelidade realmente espantosa de alguém que faz um trabalho voltado para a população. Quero só parabenizar aqui o trabalho do Deputado Guto Silva.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Com a palavra, no horário do Pequeno Expediente, Deputado Boca Aberta Junior.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, todo público que nos acompanha. Senhor Presidente, o motivo do meu pronunciamento hoje é inclusive até dar publicidade ao nosso trabalho, à nossa atividade parlamentar como Deputado Estadual, o trabalho também do sempre Deputado Boca Aberta. Nesses últimos meses, estamos aí desde setembro, outubro, novembro, e agora com o retorno dos trabalhos, janeiro e fevereiro, percorrendo todo nosso interior, percorrendo todo o Norte, noroeste, o Norte Pioneiro do nosso Estado, fazendo grandes liberações de recursos, recursos importantes que vêm em sua maior parte para área da saúde, e sabemos o momento de pandemia que ainda o nosso Estado atravessa. Sabemos da

importância, competente Delegado Jacovós, do trabalho do Deputado Estadual, do Deputado Federal neste momento difícil dos nossos municípios, com queda de arrecadação, com queda de receita, e destaco ainda mais a importância do Parlamentar, a importância de estar presente no município, de escutar as demandas da população, de estar com as lideranças. E aqui quero cumprimentar todos que estiveram conosco nesses últimos meses, Vereadores, Prefeitos, lideranças, enfim, todos que nos receberam muito bem. Foram mais de 55 municípios, Deputado Marcio Pacheco, que percorremos, nesses últimos quase quatro meses, foram mais de 40 milhões, isso mesmo, 40 milhões em emendas parlamentares entregues. Não são liberadas ou que ficaram pendentes, mas de 40 milhões já entregues todas essas emendas, todos esses recursos já depositados nas contas das Prefeituras de mais de 55 municípios, aí distribuídos igualmente, lógico salvando a proporção de cada município, o seu tamanho recebeu na sua maior parte grandes valores. E aqui posso citar alguns. Não tem como citar tudo aqui que o tempo é curto, mas posso dizer para vocês aqui, por exemplo, temos aqui o município de Porecatu, o Prefeito Fabinho foi R\$ 1 milhão só para Porecatu. Temos aqui o município de Jataizinho que recebeu mais de 1,5 milhão para fazer o desvio do pedágio, da praça de pedágio de Jataizinho. Aqui temos o exemplo de Cambé, e recursos esses para saúde, Deputado Tião Medeiros, nosso grande amigo, mais de R\$ 500 mil para área da saúde de Cambé; Ibiporã mais R\$ 500 mil; Associação Flávia Cristina, R\$ 350 mil; Colorado, R\$ 500 mil; Cornélio Procópio, em uma paulada, 1 milhão e 300. Depois retornamos com mais 1 milhão para Santa Casa, mais 1 milhão para a saúde, recurso livre para ser aplicado tanto na compra de medicamento como pagamento de plantão de médico e reforma de infraestrutura. Enfim, recursos esses importantíssimos que tenho certeza de que chegam em boa hora para todos esses municípios, sempre na presença do sempre Deputado Boca Aberta, que aqui deixo o meu agradecimento por todo trabalho prestado para o nosso município, para a nossa região, para o nosso Estado, com a sua articulação, liberando a grande e maior parte desses recursos lá em Brasília. Temos também aqui, tivemos na última semana: Goioerê, 200 mil; Assaí e Apae, liberamos mais de 150 mil para cinco Apaes da nossa região, que

fazem um trabalho belíssimo. Recursos para Bela Vista do Paraíso, 300 mil; Astorga, 200 mil; Bandeirantes, 200 mil; Faxinal; Congoinhas; Guaraci; Tambaracá; Ivaiporã. Enfim, 300 mil para cada cidade, e aí vai, Dr. Batista, aí você pega aqui a lista são mais de 55 municípios, e ficamos muito contentes, muito felizes e honrados em poder representar o nosso Estado, a nossa região aqui na Assembleia Legislativa, poder desenvolver esse grande trabalho na nossa função aqui como Deputado Estadual, Boca Aberta como Deputado Federal, fazer essa articulação para que o recurso chegue e transforme efetivamente a vida da nossa população, dando assim maior qualidade de vida a todos esses municípios que citei. E aqui deixo o meu agradecimento a todos os Prefeitos, todos os Vereadores e todas as lideranças que nos receberam muito bem em seus municípios. Então, mais de 40 milhões liberados nesses últimos quatro meses, trabalho da família Boca Aberta para mais de 55 municípios do nosso Estado. É a família Boca Aberta, Sr. Presidente, trabalhando sempre para a família paranaense. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): No horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Homero Marchese.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese; e Marcio Pacheco.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde! Ingressamos no terceiro ano convivendo com a Covid-19, doença que desencadeou medidas inéditas adotadas por Governos mundo afora, levou a vida de milhões de pessoas, afetou severamente a economia e mudou a vida de todo mundo. Quando muita gente já não imaginava possível, os recordes de casos estão sendo batidos, agora, três anos dentro da crise, resultado da variante Ômicron, que contamina com incrível facilidade, inclusive pessoas previamente infectadas ou já vacinadas. Todo mundo, por exemplo, conhece algum familiar ou amigo que contraiu a doença recentemente, se não for ele próprio o contaminado. O lado positivo é que a variante tem se

mostrado intrinsecamente menos grave que as variantes anteriores, já que infecta menos os pulmões. Estudos indicam que a variante é de duas a três vezes menos grave, por exemplo, que a variante Delta, isso somado da vacinação de boa parte da população e da alta quantidade de pessoas previamente infectadas pela doença, descolaram o aumento de casos do aumento de infecções e óbitos. Hoje, no Paraná, por exemplo, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde, há cerca de quatro vezes menos leitos de UTIs do SUS exclusivos para Covid ocupados em relação ao ápice das internações que ocorreu em junho de 2021. De qualquer forma, outra constatação clara da atual situação da crise é que as vacinas disponíveis não seguram a variante Ômicron e isso já é fato notório. Países com pouca excitação vacinal, como o Brasil, em que boa parte da população se vacinou espontaneamente, não escaparam de bater recordes provocados por essa variante. Centenas de estudos têm demonstrado que os anticorpos neutralizantes produzidos contra as variantes anteriores somem com o tempo, o que explica a explosão das infecções. Isso não significa que as vacinas não produzem resultados. Os anticorpos somem, mas os linfócitos T treinados para matar células infectadas e ajudar na diferenciação dos linfócitos B, que vão em sequência produzir os anticorpos, são mantidos em bom nível. Pelo menos é o que os estudos apontam até hoje, dia 7 de fevereiro, que explica a menor gravidade dos casos. Então, a doença fura a primeira camada de defesa do nosso organismo, mas as demais apresentam ainda boa resistência. Ressalta-se, no entanto, que estudos sérios, Deputado Tercílio Turini, o senhor que é médico, já tem cogitado a hipótese de que em alguns casos poderia, a doença poderia atingir os próprios linfócitos T, gerando uma grave imunodeficiência e, talvez, explicando os casos de Covid longa que temos testemunhado. Mas voltando à diminuição do nível de anticorpos neutralizantes, uma solução seria a aplicação de doses de reforço da vacina, que Governos têm lançado mão mundo afora. Estudos também apontam que essas doses levam ao aumento dos anticorpos, sendo, portanto, fundamentais para pessoas mais sujeitas ao risco provocado pela doença, como idosos e imunossuprimidos, embora esse efeito também diminua com o tempo e haja dúvidas sobre a viabilidade e a segurança da aplicação de doses sucessivas

da vacina. Outra solução seria a produção de vacinas adequadas a cada variante, o que a indústria farmacêutica tem prometido, mas, novamente, não há garantia de que essas vacinas segurarão as novas variantes que porventura surgirem. De tudo então ficam algumas conclusões óbvias: é praticamente certo que a exemplo do que acontece com a Influenza, vamos conviver com o coronavírus. Deus queira em formas mais atenuadas. É certo assim que novas medidas restritivas não vão acabar com a doença, embora tendam a gerar pobreza, prejudicar a economia e produzir consequências nocivas à saúde das pessoas, seja na forma de prejuízo mental, especialmente para as crianças, ou na forma de falta de diagnóstico e tratamento de outras doenças. Segunda conclusão: a exigência do chamado passaporte sanitário, que obriga a vacinação sob pena de vedar a prática de certos atos ou a frequência de certos locais, é inútil, e assim discriminatório e ilegal. Não são apenas os não vacinados que estão transmitindo a doença, como já está óbvio no mundo todo e no Brasil, País repito com um altíssimo percentual de vacinação espontânea. Então, o que explica continuar exigindo a vacinação para prática de determinados atos ou a frequência de determinados locais? No Paraná, essa medida tem sido decretada por Prefeitos, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Conselhos Universitários de universidades públicas, mas quem institui o passaporte sanitário não só suprime indevidamente o papel que cabe apenas a este Parlamento, já que apenas por Lei é possível restringir direitos de acordo com a nossa Constituição, como também, de forma arrogante e precipitada, remove do cidadão um direito previsto na ética médica e uma ponderação de custo/benefício que cabe certamente a ele, especialmente quando estamos claramente diante de uma doença nova, que está sendo combatida por tratamentos inequivocadamente novos. Um segundo assunto sobre o qual gostaria falar, Sr. Presidente, tem a ver com o que aconteceu no último sábado, dia 5, quando radicais, dezenas deles invadiram a Igreja do Rosário, localizada no Largo da Ordem, aqui no Centro Histórico de Curitiba. Depois de protestarem do lado de fora da igreja contra a morte recente de duas pessoas negras no País, os protestantes de alguma maneira, atribuindo a responsabilidade por essas mortes à religião católica, invadiram a Igreja interrompendo uma missa. Eles foram

comandados por um Vereador do PT de Curitiba que fez do ato mais uma oportunidade de publicidade a si próprio, e ainda teve a coragem de depois de invadir o templo fazer um comício dentro da Igreja. Sob o pretexto de protestar contra a intolerância, os manifestantes deram uma aula de intolerância eles mesmos, em um ato preconceituoso, cheio de ódio contra a fé de milhões de brasileiros. No fundo, e como bem disse hoje o Deputado Federal Paulo Martins, o que eles odeiam mesmo é o cristianismo, embora não possam dizer isso com todas as letras. É isso que explica o fato de manifestantes portarem com orgulho símbolos de governos racistas, intolerantes, totalitários e genocidas, como a foice e o martelo da União Soviética. No comunismo não há religião, não há liberdade de consciência, não há liberdade de crença, o partidão manda em tudo e todos, especialmente naquilo que as pessoas podem ou não acreditar. Aliás, fico me perguntando que destino esses manifestantes teriam, Sr. Presidente, caso esse protesto fosse feito na União Soviética, por exemplo. Acredito que os líderes, malandramente, rapidamente iam se aliar aos donos de poder, enquanto os incautos, que foram feitos de bobo ao topar entrar na igreja diante de uma missa, teriam como destino algum campo de concentração, provavelmente, Deputado Marcio Pacheco. O que é mais curioso é que os manifestantes, para protestar contra a violação de direitos humanos, escolheram como alvo justamente a Igreja, o berço da proteção dos direitos humanos na nossa civilização. Que a sociedade saiba tratar essa questão da forma adequada, para que essa escalada de intolerância contra os valores cristãos, que ocorre no mundo todo, e agora parece estar chegando ao Brasil, não prospere e nem vire moda por aqui.

Deputado Guto Silva (PSD): Permite um aparte, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Por favor, Deputado. Sim, por favor.

Deputado Guto Silva (PSD): Agradeço a oportunidade. Cumprimento aqui o nosso Presidente Turini, todos os Deputados. Hoje é a minha primeira Sessão oficial e havia preparado rapidamente um tema para fazer um breve esboço do trabalho da Casa Civil, e da minha alegria de estar aqui com vocês, mas também

fui pego de surpresa com esse ato de invasão à Igreja aqui de Curitiba, a Igreja do Rosário, e acho oportuna essa reflexão que V.Ex.^a tem feito, mas também gostaria de opinar de forma muito sintética e rápida aqui, desculpa invadir o seu horário, justamente para fazer esse debate que é necessário. É óbvio que precisamos ter uma reflexão racial sincera e honesta com o Brasil. Essa é uma pauta que precisa ser debatida, precisa ser construída, precisamos sempre avançar nos equívocos históricos que foram feitos. Precisamos de honestidade para debater esse tema. Agora, a invasão de uma Igreja durante um culto, como um ato para chamar a atenção, para poder abrir um debate dessa natureza, além de inapropriado, de inoportuno, você acende uma fagulha da qual o Brasil não precisa. Precisamos de diálogo. A pauta, seja da LGBTQI, seja a pauta racial, pautas importantes que precisamos sempre defender e o Parlamento precisa ter voz sobre esses assuntos, não podem estar cerceadas com o direito à liberdade, o direito ao culto. Então, queria aqui apenas corroborar com o discurso de V.Ex.^a sobre, no meu ponto de vista, um absurdo que ocorreu, lamentável, contra a Igreja Católica, contra o culto, mas mais importante sobre a liberdade de credo. Acho que podemos aqui na Assembleia dar coro, ecoar esse manifesto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado...

Deputado Guto Silva (PSD): Perdão, Deputado Homero. Não diminuindo o debate do ponto de vista racial, que é sempre importante na construção desse Brasil justo e humano que precisamos. Agora, não atacando a Igreja, o templo de qualquer que seja, de qualquer vocação religiosa que temos aqui no Paraná e no Brasil. Então, apenas corroborar com o vosso discurso e me colocar à disposição para fazermos esse debate importante aqui na Assembleia do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não. Som para o orador, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Muito obrigado, Deputado Guto. Seja bem-vindo de volta à Assembleia! Obrigado, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Ainda no horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Senhor Presidente Deputado Tercílio Turini, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham pelas redes sociais, todos que nos acompanham de casa. O que me traz nesta tarde a esta tribuna também acaba sendo uma continuidade das diversas manifestações que temos visto nesta tarde, todas elas em repúdio absoluto a esse ato absolutamente insano que aconteceu no último dia 5 quando da invasão de um templo religioso da Igreja Católica, muito mais grave do que isso, durante a celebração de uma Santa Missa. E assim, Presidente Deputado Tercílio Turini, não gosto, evito desenvolver, ou ter, ou sentir ter sentimentos negativos, mas quando o cidadão vê as imagens que circularam pelas redes sociais do formato da invasão que aconteceu, de um grupo grande de pessoas coordenado, sobremaneira, por um Vereador do PT aqui de Curitiba, não tem como não sentirmos um misto de tristeza para quem é católico e sabe a importância que tem o momento da celebração da Santa Missa, mas também um sentimento de repugnância. Um sentimento de repúdio. Um sentimento, como V.Ex.^a bem disse, Deputado Homero, enquanto o discurso era combater a intolerância, o que eles fizeram foi justamente promover um ato que é um exemplo de intolerância, de invasão da fé, de invasão da religiosidade de um credo, nesse caso, da nossa Igreja Católica, mas se fosse de qualquer outra religião teria igualmente o nosso repúdio. Então, a impressão que dá é que essas pessoas, que eles querem mesmo promover é o contrário do que a sociedade civilizada espera, deseja e precisa. Onde há ordem, eles querem criar desordem. Onde há respeito, eles se aproveitam para ser um exemplo de desrespeito. Onde há fé, eles fazem o possível para violentar esses ambientes, essas oportunidades que o cidadão deve ter esse direito de promover, desenvolver a sua fé. Devem quem não têm fé, porque se tivessem saberiam respeitar a fé deles, se fossem católicos, ou a fé do outro, se forem evangélicos ou qualquer outra denominação religiosa. Não têm a menor noção de que o momento da celebração de uma Santa Missa para um católico significa a presença real de nosso Senhor Jesus Cristo. Em dois momentos importantíssimos, quando está na mesa da palavra é a

presença de Jesus por meio da palavra, por meio de transmissão do Evangelho e quando se está na mesa da Eucaristia no altar se está ali a presença de Jesus vivo na Sagrada Eucaristia, na Sagrada Comunhão. Então, simplesmente entram, destroem tudo, destroem a celebração da Missa, invadem, fazem um comício, como foi feito pelo Vereador do PT dentro da Igreja, no momento da celebração. Então, é um sentimento que não tem como fugir, um sentimento de muito repúdio, de muita indignação, de muita repugnância, como disse no começo. Passo aqui algumas considerações feitas por Dom Peruzzo, que é Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, que diz o seguinte: “Nota da Arquidiocese de Curitiba sobre a manifestação ocorrida dentro da Igreja do Rosário.” Aquilo não foi manifestação. Aquilo foi uma barbárie. Aquilo foi um crime. Não é manifestação. É um crime, previsto no art. 208 do Código Penal e que nesta tarde estamos encaminhando. Já deve, creio que a Polícia Civil, creio que o Ministério Público já esteja adotando as devidas providências para esse crime que aconteceu, mas, para corroborar à cobrança das devidas providências, vou encaminhar também um ofício solicitando a apuração devida, com base no art. 208 do Código Penal Brasileiro que prevê: “Que todo ato de impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso configura crime”, previsto neste art. 208 do Código Penal, punível com até um ano de detenção. E que haja a punição exemplar de todas as pessoas que cometeram isso ou, ao menos, dos dirigentes que coordenaram essa barbárie à nossa Igreja do Rosário. Mas continuando aqui o que diz o nosso arcebispo: “Que no dia 5 de fevereiro de 2022, em torno das 17 horas, um grupo apresentou-se junto à porta da Igreja do Rosário para protestar contra a violência à vida no estado do Rio de Janeiro, cujo desdobramento final foi a morte de um cidadão congolês e outro caso a morte de um brasileiro afrodescendente. Era no mesmo horário da celebração da Missa, solicitados a não tumultuar o momento litúrgico, lideranças do grupo incitaram comportamentos invasivos, desrespeitosos e grotescos.” Essa é fala do nosso querido Arcebispo Dom Peruzzo, de Curitiba. Infelizmente, o que houve, no último sábado, foram agressividades e ofensas. É fácil ver quem as estimulou. E é fácil literalmente. É só olhar as imagens e ver quem foi que estimulou essa barbárie, o Vereador aqui de Curitiba, Vereador do PT que estava,

inclusive, fazendo um comício dentro da Igreja. Uma vergonha. Uma lástima. E ele finaliza, inclusive, dizendo que a posição da Arquidiocese de Curitiba é de repúdio ante à profanação injuriosa, ou seja, criminosa, e também a lei e a livre cidadania foram agredidas. E a nossa iniciativa além dessa fala, desse posicionamento, será a denúncia para o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, para que adote as devidas providências. Concedo um aparte ao Deputado Gilson de Souza.

Deputado Gilson de Souza (PSC): Deputado Marcio Pacheco, primeiramente quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e quero aqui me somar também me solidarizando com a Igreja Católica, tendo seu templo invadido de forma totalmente inadmissível. E quero aqui manifestar o meu apoio às medidas que o Deputado pretende tomar e dizer a toda família paranaense que nos acompanha e que sabe da nossa defesa pela vida, os valores cristãos, a liberdade religiosa, pessoas que jamais acreditavam que isso seria possível, uma Igreja ser invadida dessa forma. Por isso, precisamos estar alertas com relação a isso, sermos firmes em defesa da liberdade religiosa e até da liberdade daquele que não crê, não professa fé nenhuma, mas que tem que respeitar a nossa Constituição, que o direito de culto tem que ser preservado e os templos são invioláveis. Parabéns, Deputado. Estamos juntos nessa luta. E um grande abraço a toda família paranaense que possa estar atenta a essas coisas que estão acontecendo, lamentavelmente.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Obrigado, Deputado Gilson de Souza. Obrigado sempre pelo vosso apoio, sempre alinhado com os nossos valores e princípios que defendemos. Deputado Wilmar Reichembach, V.Ex.^a tem um aparte.

Deputado Reichembach (PSC): Deputado Marcio Pacheco, agradeço o espaço e quero ser breve para respeitar esse seu tempo. Concordar e manifestar o meu apoio à sua manifestação, às suas palavras, e dizer que me surpreenderam quando, ontem à noite, foi o momento que tomei conhecimento e recebi vídeos, inclusive em grupo de Deputados, demorei a acreditar, porque é uma ação fora de

qualquer bom senso. Então, fica aqui a nossa reprovação. Isso não cabe em um ambiente democrático, em um ambiente de equilíbrio, em um ambiente de respeito, onde as pessoas estão ali professando a sua fé ordeiramente, dentro do seu direito de fé e o seu direito constitucional do nosso País. Manifestar aqui também a nossa concordância e o nosso apoio à manifestação do Arcebispo Dom José Peruzzo, em nome da Arquidiocese de Curitiba. Então, aqui a minha manifestação muito convicta de que foi uma atitude, realmente, que precisa ser reprovada para que não se repita. Obrigado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Obrigado, Deputado Wilmar Reichembach. Então, finalizo esse pronunciamento registrando, mais uma vez, a minha solidariedade integral ao nosso Arcebispo Dom Peruzzo, a toda comunidade católica da Paróquia do Rosário, da Igreja do Rosário. E, com certeza, estaremos aqui sempre atentos para defender a liberdade religiosa da população brasileira. E, nesse caso, de maneira especial, da nossa Igreja Católica. Obrigado, Sr. Presidente. Deus nos abençoe ricamente neste ano que se inicia tão importante para todos nós. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo oradora, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSC); Soldado Fruet (PROS); Ricardo Arruda (PSL); Michele Caputo (PSDB); Nelson Justus (DEM); Goura (PDT); Tadeu Veneri (PT); Requião Filho (MDB); Alexandre Amaro (REPUB); Arilson Chiorato (PT); e Hussein Bakri (Governo).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas Deputadas, Deputados a todos que nos assistem. Primeiramente, desejar um bom retorno a todos neste ano que iniciamos aqui. Senhor Presidente, não posso deixar de fazer, na minha primeira fala deste ano, uma fala sobre a questão da violência contra a mulher, especificamente sobre a violência política contra a mulher. Isso porque nesse último mês janeiro vimos o caso lá da Vereadora de

Ivaiporã, a Gertrudes Bernardi, que foi cassada. Teve o seu mandado cassado no dia 26 de janeiro porque celebrou os parabéns, um aniversário com algumas pessoas na Câmara Municipal lá daquela cidade. Em que pese concordarmos ou não com essa situação, com o fato, o que nos indigna e que me traz a esta tribuna é, justamente, que outros dois Vereadores da Câmara Municipal também celebraram seus aniversários, mas com eles nada aconteceu. Exatamente o mesmo fato, mas a Vereadora foi cassada. Os dois Vereadores, por sua vez, sequer tiveram votação para que cassasse o mandato deles. Aí fico me perguntando, por que dessa diferença? Por que uma cassada? Por que os outros não? Qual é o significado, o motivo desse tratamento diferenciado? E a mim só me resta concluir que se trata de violência política contra a mulher. E é preciso que lembremos que a violência política, desde o ano passado, foi tipificada e agora é um crime. A Lei n.º 14.192 tipificou essa conduta. Infelizmente a violência política contra a mulher vem crescendo no nosso País. Já aconteceu com Vereadoras, já aconteceu com Deputadas. Eu mesma já passei por essa situação quando fui chamada de hipócrita aqui. Na última semana tivemos o caso também de uma Vereadora lá de Aparecida de Goiânia, a Vereadora Camila Rosa, que teve o microfone cortado pelo Presidente da Câmara, porque ela discordou dele, porque ela queria falar a sua opinião, ele não quis, então ele foi lá e cortou o microfone dela. E ela ainda debochou da punição que ele poderia receber por essa recente lei que tipificou esse crime de violência política contra a mulher. Esta Casa não pode e não deve deixar de se pronunciar sobre o tema. Sei que a Deputada Cristina Silvestri, nossa Procuradora da Mulher, também já se pronunciou, também já enviou os ofícios condenando as condutas. Também a Câmara dos Deputados, lá em Brasília, também já fez uma nota de repúdio por meio da Secretaria da Mulher. Por isso, estamos novamente com os Deputados apresentando um requerimento hoje endereçado à Câmara Municipal repudiando esse ato de violência política contra a mulher. Quero convidar os demais que ainda não assinaram. Este requerimento estará disponível até amanhã. Acho que a mulher, Deputada Cristina, tem o direito de estar aqui ocupando este espaço. E, ao estar ocupando este espaço, ela precisa e merece ser respeitada. Respeitada

em pé de igualdade com todos os demais parlamentares. Ainda mais neste ano de eleição, em que lutamos tanto e falamos tanto da participação da mulher na política. Atos como esse tendem a afastar a mulher da política. Não podemos deixar. Por isso, precisamos estar alertas e se pronunciar, Presidente Ademar Traiano. Outra situação que também me traz aqui, infelizmente, sobre a conduta da chefia do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa. No ano passado, cinco meninas, cinco vítimas de um abusador, de um professor abusador, denunciaram o caso de violência sexual. Na semana passada houve uma sindicância para inquerir, para apurar os depoimentos dessas cinco meninas, dessas vítimas desse professor abusador. Acontece que, infelizmente, a conduta adotada pelo Núcleo Regional de Educação foi terrível. Queriam ouvir as meninas na frente do seu abusador. E pasmem vocês, presente estava nessa inquirição a própria Chefe do Núcleo Regional de Educação. Queriam ouvir as vítimas na frente do bandido. Cinco meninas menores. Uma das mães, logo que viu a situação, já se colocou contra, disse que a filha não seria ouvida na frente do acusado, mas as outras demais acabaram sendo encaminhadas para isso pelo Núcleo. Não fosse a atitude de um Conselheiro Tutelar que estava presente, as demais também seriam ouvidas. Já não basta tudo aquilo que essas meninas tiveram que passar? Da insegurança de estar dentro de uma sala de aula e serem abusadas por um professor que deveria, na verdade, estar protegendo as alunas, ainda o Núcleo comete outro crime, nem no processo penal, no processo criminal essas vítimas seriam ouvidas em frente ao acusado. A defesa dele estaria lá, mas ele não poderia estar lá. Difícil. Difíceis essas condutas que estão sendo feitas contra a população. Não é a primeira vez que vemos a insatisfação dos professores e dos alunos com condutas do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa. Isso precisa ser apurado e tomadas as providências contra atos abusivos contra as nossas crianças. O Núcleo tem que cuidar das crianças, zelar pelas crianças, não permitir que um abusador esteja à frente delas. Vamos fazer um requerimento, um pedido de informações para Secretaria da Educação. Não podemos ter mais fatos como esse. Elas já sofreram demais. O Núcleo não pode

permitir que mais sofrimento aconteça. Senhor Presidente, era isso. Meu muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Mabel, gostaria, com a sua permissão, de fazer um breve comentário sobre à sua fala em relação ao que ocorreu na cidade de Ivaiporã. Quero parabenizá-la pelo discurso. Realmente, uma injustiça muito violenta dos seis Vereadores que compõem a Câmara lá de Ivaiporã. Aliás, Vereador Vila Real, Vereador Jasson, ambos também promoveram festa de aniversário, o que é comum dentro de uma Casa! Na hora de votar, os Vereadores os protegeram, por uma briga política, e sacrificaram uma mulher que saiu aplaudida da Câmara e, aliás, os Vereadores tiveram que ser protegidos pela polícia. Então, quero parabenizá-la, porque realmente foi uma violência contra uma mulher e também condeno esse tipo de atitude. Não podemos mais permitir e conceber atitudes dessa natureza. Tenho certeza de que a Justiça reverterá essa decisão. Com a palavra, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, público que nos acompanha nas redes sociais, uma boa tarde. Paranaenses que nos acompanham nesta tarde. Em muito especial quero me dirigir, Sr. Presidente, aos meus irmãos de farda de todo o nosso Estado e aos muitos que estão aqui na frente da Assembleia e no Palácio do Iguaçu representando as dezenas de milhares de policiais da ativa e da reserva, a todos uma boa tarde e que tenhamos um ano de muito trabalho e luta pelo Paraná e pelos paranaenses. Hoje é verdadeiramente a primeira Sessão do ano, Sr. Presidente. Na última quarta-feira tivemos aqui a Sessão inaugural de 2022 com as palavras do Governador Ratinho Junior. E com a permissão do Deputado Arilson, que não está aqui, mas tenho certeza de que está nos acompanhando, quero fazer um plágio. O Governador está governando com a PPP, promessas, propagandas e piada. O paranaense não aguenta mais promessas, tampouco propaganda, pela situação a qual o Estado está passando. Não admite mais piadas também. O Paraná não é um programa de auditório, Sr. Presidente. Os militares, que hoje realizaram uma

manifestação pacífica aqui em frente, estão em busca de respeito, de direito, de valorização e do cumprimento de promessas feitas pelo Governador Ratinho Junior em campanha eleitoral. Em campanha, esse Governador acusava os demais candidatos e os governos anteriores de não valorizar os policiais e o demais servidores públicos. Prometeu mundos e fundos. Colocou a sua juventude como uma propaganda de uma nova visão política, com os olhos voltados para aqueles que fazem o Estado, que somos nós, os servidores públicos. Aos policiais destacou, em diversas propagandas eleitorais, a importância da sua valorização e reconhecimento. Aliás, propaganda o Governador Ratinho Junior sabe fazer. Mas vamos deixar bem claro: ninguém mais acredita ou cai nela. O que de efetivo esse Ratinho fez pela Polícia Militar? Valorizou? Não. É claro que não. Não abriu diálogo. E quando se viu forçado a fazer algo, concedeu um aumento de menos de 5% parcelado em quatro anos. Mas, já no segundo ano, caloteou o aumento. Caloteiro. Esse é um bom sinônimo a esse Governador que aí está. Além do calote, o que ele fez? Ah, ele prometeu, em campanha, especializar os policiais. Na prática, o que ele fez? Contratou uma universidade com recurso do BID. Aliás, uma universidade da qual o pai é garoto-propaganda. Contratou essa universidade, enfiou *goela abaixo* dos policiais um curso de pós-graduação que deveria ser realizado nos horários de folga. Mas que folga, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, se os PMs estão trabalhando sete dias por semana? E que horas eles vão estudar? Na sua folga. Que folga? Esse curso foi pago apenas para mostrar ao BID que está instruindo os policiais. Recebi dezenas de pedidos de policiais para que investigasse esse contrato, pois, segundo eles, até quem não tinha, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, até quem não tinha ensino superior foi obrigado a se matricular na pós-graduação e receberam, aliás, diploma de pós-graduado, que não lhes terá valor algum, mas que lhes privaram seus dias de folga do convívio familiar para fazer esse curso. E, detalhe, se não fizesse o curso teria que pagar dinheiro do bolso o valor do curso. No recesso desta Casa, como diz bem o Deputado Romanelli, denunciamos, por meio de ofícios ao MEC, esse fato para que investigue essa universidade. Também enviamos correspondência ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, informando o mau uso do dinheiro,

juntando diversos documentos e declarações que comprovam os fatos. O Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado também serão acionados para investigar isso. O que mais esse Ratinho fez pelos policiais? Ah, cortou a licença especial, que há décadas era direito dos servidores. E prometeu regulamentar o pagamento àqueles que já tinham direito. Há quase três anos, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, não editou a regulamentação ainda, por incompetência ou por má vontade. Não sei. Seja qual for o motivo, ambos demonstram a incapacidade de Ratinho Junior como Governador. Interessante que para pagar um direito se dá a desculpa de que não foi regulamentado o pagamento, mas para descontar a previdência dos inativos esse se fez de imediato. Mesmo sem uma lei que regulamentasse, os descontos foram feitos, massacrando ainda mais os nossos guerreiros aposentados que aí estão, os inativos e reservistas. Essa aí é mais uma ação do Ratinho, o desconto previdenciário dos reservistas. Vamos pensar, o que mais o Ratinho fez pela polícia? Criou as jornadas extenuantes, onde os policiais chegam a trabalhar 60, 70 e até 80 horas por semana. E, como se fosse um alento, criou a diária extrajornada, que foi oferecida como uma esmola aos policiais. Governador, essa diária não funcionou e sacrificou ainda mais os policiais que agora precisam cumprir uma jornada normal, uma jornada extra, não remunerada e, após isso, uma diária extrajornada. Ou seja, para receber R\$ 180,00, os policiais, às vezes, precisam ficar 36 horas trabalhando. E ainda para receber R\$ 180,00, dois ou três meses após ter trabalhado. Sabe, Ratinho, em uma entrevista você falou que com essa diária o policial não precisava ir trabalhar no bailão, *fazer bico*. Importante você saber, Governador, que um dono de um dono de um bailão é mais digno e correto do que você, porque quando o policial termina o seu *bico*, ele recebe. Já no seu caso, até agora nada. O que mais temos de ação do Governador Ratinho Junior? Sim, para proteger o patrimônio dos seus amigos concessionários de pedágios aí, determinou que os policiais militares cuidassem das praças de pedágios até a nova licitação. Policiais deixando suas casas em horário de folga, deixando suas cidades desassistidas para proteger patrimônio que será entregue às novas concessionárias. Até onde entendemos isso, o Governador adora mesmo os pedágios, porque criou 15 novas praças no

Estado. E antes que a defesa do Governador Ratinho Junior venha dizer que com relação aos pedágios o Governo está contratando militares da reserva, vamos deixar bem claro aqui, desde já que o processo da contratação dos reservistas foi um fiasco, uma vergonha. Sabem por quê? Esse Governo está tão desacreditado que das 1.700 vagas previstas no edital, apenas 270 inscrições foram homologadas. Avisei nesta Casa aqui que se o Governo não mudasse o edital não teríamos policiais da reserva interessados nessa função. O Governo, como sempre, não nos ouviu. E aí está mais um fiasco de sua administração. Um governinho que estamos falando é muito pequeno. Mas voltando, o que me diz, Governador, o que o senhor fez por nós policiais? PPP: promessa, propaganda e uma piada. Seria cômico se não fosse trágico. As ações desse Governo para os militares foram apenas ações negativas, mostrando desrespeito que tem com a classe. Governador Ratinho Junior, repense aí seu discurso. Nem os policiais, nem os servidores, nem os paranaenses acreditam mais em você. Na Rádio Paiquerê, o Governador, com a cara de pau que lhe é peculiar, disse que os policiais *estão chorando de barriga cheia*. Cheia está a sua barriga, Governador, e de seus asseclas. Nós, os policiais, estamos cheios de contas para pagar. O vale-alimentação, um direito que tínhamos desde sempre, mas que não era pago. O vale-refeição que foi alardeado aos quatro cantos do Paraná, por incompetência da gestão, Governador, não sei foi incompetência, não foi pago ainda. Talvez você nem saiba disso. Mas ainda nenhum policial recebeu. Seus olhos estão mesmo voltados para as privatizações da Copel Telecom, Compagas e assim por diante. Mas, Governador, nossos olhos também estão voltados para fiscalizar essas negociatas que o senhor está fazendo, como tenho feito novas denúncias ao Ministério Público e algumas aí estão por vir. Meus irmãos, policiais militares, servidores estaduais, desde sempre nesta Casa lutei pelos seus direitos, pelos nossos direitos. Muitas vezes uma voz quase solitária, se não solitária, mas uma voz. Uma voz que não se calará diante dos desmandos deste Governador que aí está, diante do desrespeito, que olha para os policiais militares, uma voz que quarar, uma voz que vem das ruas e jamais vai se calar. Policiais do meu Paraná, aqui vocês não têm um Deputado Soldado Fruet, aqui vocês têm um Soldado

Fruet. E, como Soldado, lutarei com vocês, meus irmãos. Minha mãe sempre me dizia, Sr. Presidente, que para definir caráter de um homem não é o que ele fala e sim suas ações. As minhas falam por mim. E desse Governo que aí está, falam por ele. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais membros da Mesa, colegas Deputados e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Tenho dois assuntos aqui. O primeiro, óbvio, que vários colegas aqui já falaram a respeito da atitude criminosa do Vereador do PT – o nome dele é Renato Freitas – lembrando que esse Vereador, ou melhor, esse meliante, já foi preso pela PM no Paraná porque estava perturbando as pessoas em uma praça aí com o som alto, desacatou policial, e, pior, naquele momento, o Partido do PT entrou com uma nota, uma reclamação dizendo que o prenderam por racismo. Isso aí é uma pouca vergonha! Você quer comparar a seriedade e a importância da Polícia Militar do Paraná, que é uma das melhores do Brasil, com um sujeito meliante, não é, que aproveita da cor dele para se fazer de vítima. Fiquei sabendo ontem dessa invasão. Ontem mesmo gravei um vídeo, liguei para o Comandante-Geral, Coronel Hudson, passei as imagens para ele. Esse sujeito tem que ser preso, ele cometeu crime. Além de invadir uma Igreja ser um crime ou invadir qualquer outro local público ou privado, da maneira que ele o fez, ele foi no meio do culto, no meio da Missa! Ele interrompeu a Missa! Isso é crime federal. Gente, tudo bem, assinamos aqui notas de repúdio e outras coisas aqui que têm que fazer. Sei que o vereador Eder Borges já entrou com pedido de cassação dele – deveriam ter feito isso antes – e outros vereadores estão entrando e espero mesmo que tirem esse mau elemento, esse meliante da Câmara de Vereadores de Curitiba. Esse sujeito está lá para criar a desordem, é baderneiro da pior espécie. Por isso o que fiz aqui, com o meu advogado? Estamos entrando aqui com uma queixa crime contra esse sujeito junto ao Ministério Público, porque é um crime que ele cometeu e tem que ser punido. Não tem que aliviar. Acho que a

Polícia Militar do Paraná ou do Brasil inteiro tem que agir com rigor contra esse tipo de meliante. É descer o cacete e bala de borracha, não tem que aliviar, porque se aliviar vai continuar com esse *mimimi*: *Ah, não põe a mão em mim porque sou da cor tal, porque sou gay, porque sou não sei o quê*. Não! Tem que parar com essa palhaçada. Sei que o Deputado falou que tem que ter aqui diálogo com todos. Concordo. Mas diálogo temos com gente séria e de respeito. Com vagabundo, o tratamento é igual para bandido, é na... Tem que tratar com muita seriedade. Finalizando aqui, já entramos com o pedido, com a denúncia contra esse meliante, agora vou para outro assunto que é muito importante. Tem muitos alunos da Universidade Federal do Paraná reclamando que eles fizeram uma norma lá obrigando o passaporte sanitário. Não consigo entender, Deputado Gilson, como um reitor ou um diretor de uma universidade, desse porte, não tenha o mínimo conhecimento, a mínima capacidade de entender que o passaporte sanitário não protege ninguém, porque, ambos, vacinados e não vacinados, ambos pegam e transmitem a Covid. Um cara que está em uma universidade, um dirigente, não pode ser um leigo, um alienado. Será que ele não se informa, não lê, ou será que ele tem o viés ideológico: *Ah, vou pôr o passaporte sanitário por questões ideológicas da esquerda*. Eles adoram pedir passaporte sanitário porque é o primeiro passo para tirar nossa liberdade. É um precedente grave, inconstitucional, querer tirar a nossa liberdade, o direito de ir e vir. Ninguém pode. E o pior, ainda, é que o Ministro Lewandowski ainda assinou embaixo, dando apoio para eles. Então, seu Ministro e o seu reitor e dirigentes da universidade, se alguém que não quiser tomar vacina e for obrigado a tomar e tiver um efeito colateral, por favor, vocês serão os responsáveis. Não fujam da obrigação. Não sou contra vacina, muito pelo contrário, acho que todo mundo tem que tomar, quem corre mais risco tem que tomar; quem tem orientação médica deve tomar. Agora, impor na marra, não! Isso não existe. Tanto é que o resto do mundo está entrando em greve geral contra esse passaporte. E ninguém está preocupado – os que estão entrando em greve se manifestando são tanto os vacinados, como não vacinados. O problema é passaporte sanitário que não protege nada nem ninguém, só tira a nossa liberdade. Isso aí realmente é inaceitável. Estamos

entrando, estamos com um documento aqui para entregar para os alunos da universidade que está chegando do Judiciário para orientá-los como eles devem agir. Como devem agir na questão desse direito e ir e vir ser impedido por um decreto ou uma ordem arbitrária que não tem embasamento jurídico, não tem embasamento da ciência e nem de médicos. É mera vontade de, desculpa a palavra, de um ignorante que lá está “canetando” sem ter conhecimento nenhum. E aí minha preocupação é a seguinte: temos um ano eleitoral. Será que o tom, o tom da esquerda será de invasões? De movimentos violentos tipo esse da Igreja? Outro dia ouvi um líder do PT dizendo que o MST vai estar na rua: isso aí foi em tom de ameaça ou não? O que o MST vai fazer na rua? Já sabemos. O MST em qualquer lugar é ruim. Quando está no campo invade, destrói, rouba, mata; e quando vai para a rua, vai fazer baderna – quebra-quebra, fogo em pneu. A grande diferença é essa da esquerda e da direita: os nossos movimentos de direita, que vão milhões às ruas, são pacíficos, são famílias, realmente, brasileiros, que querem defender a liberdade, a nossa bandeira verde-amarela, não tem quebra-quebra, não tem agressão com policial, não tem destruição de órgãos públicos. Não! É pacífico. Diferentemente quando a esquerda vai para a rua – como hoje em dia eles têm pouca gente que vá, eles têm que fazer barulho, como? Queimando pneu, quebra-quebra, brigando com a polícia. Então, realmente, os dirigentes, o Secretário de Segurança tem que estar muito atento para pôr ordem aqui no Brasil e não permitir que esse vandalismo se impere em nosso Brasil. Aqui vivemos em um País livre, onde se impõe a democracia, e vamos defendê-la, de qualquer maneira vamos defendê-la, se não perderemos o nosso País e poderemos virar uma Cuba, uma Venezuela, uma Argentina, ou sei lá mais o quê. Então, não é brincadeira, é um assunto sério. O povo de bem brasileiro tem que estar unido, unido carregando a bandeira verde-amarela; unido com o Presidente Bolsonaro porque teremos um ano de muita luta e o que estamos vendo aí não é brincadeira. Temos hoje um STF e um TSE que é pior que um partido político. E, além do mais, de esquerda. Fica aí o recado, gente, vamos trabalhar juntos, unidos. O ano começa oficialmente aqui, nesta Casa de

Leis, hoje, primeiro dia de plenário, e vamos estar lutando sempre para o bem da população do Paraná e do Brasil. Muito obrigado. Que Deus abençoe!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. Preciso iniciar minha fala de hoje com um voto de pesar para Carolina Vitek Alves, 35 anos, que é filha do Coronel Vitek. Coronel aposentado do Corpo de Bombeiros, um grande profissional, com quem pude trabalhar na Prefeitura de Curitiba durante muitos anos. Morreu assim, na praia, um marido presente, filha de seis anos, um negócio muito triste. Então, ao Vitek, aos familiares, amigos, conhecidos, ficam meus votos de pesar – muita tristeza, uma tragédia. Também quero me somar ao voto de repúdio, mas não ao Partido dos Trabalhadores, quero me somar aos votos de repúdio não porque penso diferente do assassinato do congolês lá no Rio, que precisa ser veementemente apurado e colocar os responsáveis também na cadeia. Quero fazer um voto de repúdio ao Vereador e demais manifestantes que invadem um culto, neste caso da Igreja Católica, para tentar ocupar um espaço e fazer uma manifestação. Fica o meu repúdio a esse tipo de comportamento, porque a intolerância religiosa, o racismo, o totalitarismo não é patrimônio de direita, nem de esquerda. Tem pessoas aí que trafegam por esse mundo da ideologia, não é, e que defendem a violência de várias formas e é isso que temos que repudiar. Se fosse uma mesquita, eu estaria aqui também falando; se fosse em uma igreja de qualquer das denominações evangélicas também; se fosse em uma manifestação de origens africanas – porque tem religiões que têm manifestação africana, têm o sincretismo religioso no Brasil também. E da mesma forma que respeito até a decisão, não concordo, mas respeito a decisão de cada um com seu livre-arbítrio e consciência, se ateu ou agnóstico, também com a mesma veemência condeno o que aconteceu. Fica ao Dom Peruzzo, meu amigo, um grande líder da nossa Igreja Católica, minha solidariedade. Também isso precisa ser apurado, precisa ser responsabilizado, mas não vamos dizer, porque tenho certeza de que a maior

parte das Lideranças do PT que conheço não concordam com esse tipo de atitude. Quero também dizer que tivemos uma vitória. Semana passada conversei com alguns Deputados, principalmente os que têm representação no Litoral, e fui informado de que sairia um rompimento da empresa. Segurei a formação da Comissão para avaliar a qualidade do serviço que a empresa BR Travessia estava fazendo. Na quarta-feira, ao saber que essa situação o Governo só faria depois da temporada, montei na sexta-feira uma proposta de requerimento para colher essas assinaturas. No dia de hoje entraram e saíram assinaturas e chegamos às assinaturas suficientes. Mas não cheguei a registrar e não vou registrar, porque frente às informações que recebi, talvez o Governo possa aí, por meio da sua Liderança, porque encontrei rapidamente o Deputado Hussein no almoço, mas a imprensa já divulgou com a contratação emergencial, que pressupõe o rompimento do atual contrato com a empresa. E, depois, com uma contratação definitiva, julgo que essa Comissão para esse propósito perdeu seu objeto. Conseguí falar com alguns Deputados que assinaram, como a Deputada Luciana Rafagnin, a quem agradeço; Deputado Boca aberta; com o Deputado Plauto Miró; falei com o Líder Hussein do Governo e quero dizer que a minha paciência tinha acabado. Havia tido a expectativa que depois do afundamento do flutuante no dia seguinte com uma nova deriva, que não poderíamos esperar. Como perdeu o objeto, tenho certeza de que o Deputado Nelson Justus, e quero aqui, Deputado Nelson, independentemente da questão familiar, parabenizar a coragem que seu filho teve lá atrás de frente a todos problemas de forma contínua, pedir e colocar estado de calamidade. Isso não foi demagogia, foi uma postura inclusive muito corajosa. Então, ficam aqui os meus esclarecimentos com relação a essa situação. Agora o que proponho, tendo em vista toda a celeuma que foi criada, até porque começam a chegar informações de que não se pode baixar critérios técnicos, porque a habilitação é muito mais importante nesse caso do que o próprio preço. Não é? Mesmo com a contratação emergencial, que a nossa Assembleia Legislativa possa estar lá representada por Deputados e Deputadas, por meio de uma Comissão, para acompanhar esse processo todo. Para que fique muito claro para o povo do Paraná e de forma muito especial para o povo de

Guaratuba, para quem frequenta o nosso Litoral, para quem tem o nosso Litoral como uma fonte de vida e de trabalho e de renda, para que possamos acompanhar e garantir, todos juntos, a transparência disso tudo. Acho que o Presidente do DER poderia nos chamar para que possamos tomar pé de como será esse processo da contratação emergencial. Acho que é muito importante tudo isso. Agradeço quem assinou a proposta, mas não fizemos o requerimento porque, historicamente, as assinaturas consegui depois de saber, no dia de hoje, do rompimento definitivo com essa empresa que, para essa situação, mostrou-se extremamente incompetente. Não trouxe qualidade, não trouxe segurança, demonstrou falta de expertise para trabalhar no mar, deve para todo mundo, não tem saúde financeira para tocar um contrato de dez anos e de R\$ 134 milhões. Um abraço a todos os paranaenses. Continuamos aqui trabalhando. Vida longa. Um abraço. Saúde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (DEM): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados. Quero primeiro, logo no início, antes que me esqueça, agradecer a grandeza do Deputado Caputo. Fui procurá-lo, na semana passada, para que não prosperasse esse requerimento, assim como o fiz com o Deputado Plauto, também o pedi para que não se avançasse nesse assunto. Por quê? Porque durante toda essa semana ficamos, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, lutando, reunidos permanentemente com as pessoas, com os atores envolvidos nesse drama anunciado, essa tragédia anunciada. Finalmente, o prefeito que, com muita coragem, decretou o estado de calamidade pública, o que permitiu ao Governo do Estado, à Procuradoria, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, todos eles envolvidos nesse acordo que tínhamos que fazer e por isso o cuidado para que a coisa fosse bem-feita, para retirar, amistosamente, a empresa vencedora, como bem disse o Deputado Caputo, que acompanha as coisas lá no nosso Litoral, uma empresa que, infelizmente, para esse trabalho, não tinha a menor condição; não tinha a menor condição, nenhuma. Tanto que no sábado garanti ao Governador:

Governador, pode rescindir, porque se precisar coloco a cavalaria no campo. Foi essa expressão que usei. Teríamos gente para tocar as balsas, para que não houvesse o colapso. Imediatamente entramos em contato e o DER, como sempre sob o comando do Governador Ratinho, para que pudéssemos chamar outras empresas que pudessem estar lá, para verificar o que estava acontecendo não só com os flutuantes, mas com as balsas. A empresa que ganhou sequer tinha condições de pagar as balsas que ela alugou, que ela comprou e o proprietário estava lá, em Guaratuba, foi na minha casa pedir ajuda porque não conseguia encontrá-los, e ninguém os encontrava mesmo, e não era eu que ia fazer as vezes de cobrador. Mas, as coisas estavam chegando a um ponto que ou o Governo tomava conta e direcionava, dava ordem definitiva: cancela o contrato e faz um contrato emergencial. Estávamos prontos, Deputado Caputo, Sr. Presidente, todos os Deputados que têm envolvimento não só com o Litoral, mas com o nosso Estado inteiro, tinha gente com megafone gritando lá na quarta-feira passada que era do Norte do Estado, com megafone na fila. A coisas de Felini assistimos durante todo esse processo. Graças a Deus, Sr.^o Deputados, podem ter certeza, com a somatória de todos esses esforços, a colaboração de todos, vamos chegar a um final feliz. E, sim, disse muito bem o Deputado Caputo: a Assembleia, o Deputado Plauto pensa igual, a Assembleia tem todo o direito e o dever de ficar fiscalizando para saber como é que serão feitos, o que aconteceu, o que que não houve. Tudo isso é válido. Mas o que que importa neste momento? O povo de Guaratuba. Não só o turista, mas quem usa como eu todo santo dia o *ferryboat*. Agora estou usando e pagando pedágio na outra estrada, com muita alegria, estou usando a estrada pedagiada pelo governo de Santa Catarina para não usar o *ferryboat*. Mas, os empresários que têm que estar em Paranaguá, que têm que estar em Matinhos, os médicos, os alunos, o Juiz de Matinhos mora em Guaratuba! Como é que ele vai para lá? De barco? É claro, também, usando o meu lado otimista que isso escancarou as portas para que, definitivamente, tenhamos a nossa ponte e deixemos de picuinhas daqui, dali, de lá, porque isso é o que vai resolver definitivamente. Mas até lá precisamos, sim, da travessia feita com as balsas, com respeito, com dignidade e, principalmente, com

responsabilidade, porque a empresa que lá estava não tem responsabilidade, não tem competência para fazer o serviço a que se propôs. E sem isso as coisas não andam e estamos todos pagando um preço muito caro. Quero agradecer a todos vocês que, como eu, preocuparam-se com esse imbróglio terrível. Muito obrigado pelo apoio. Quero cumprimentar o Prefeito de Guaratuba que tomou as rédeas e fez a sua lição de casa. De igual maneira agradeço ao Governador Ratinho pela maneira firme com que nos ouviu, diuturnamente nós nos falando a todas as horas – durante o dia e à noite – para que chegássemos a um ponto final nessa história. E agradeço a vocês que atenderam a esse apelo. Eu disse: *Se começarmos com muita marola, vamos assustar, de repente, aqueles que para cá vêm para tomar conta dessa travessia.* Muito obrigado a vocês, Deus que ilumine todos os paranaenses, os guaratubanos, os governantes, para que juntos erremos o menos possível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V.Ex.^a, boa tarde a todos os colegas Deputados, Deputadas, servidores e o povo paranaense que acompanha esta retomada, como disse o nosso Secretário Romanelli, dos trabalhos presenciais híbridos aqui da nossa Assembleia, mas que não pararam em nenhum momento durante esse mês de janeiro. Senhoras e senhores, há duas semanas, no dia 26 de janeiro, o Governo Ratinho Junior se viu obrigado a convocar uma coletiva de imprensa para dar explicações sobre a utilização de cerca de R\$ 500 milhões pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, a Sedest. Esse recurso proveniente do pagamento de indenização pela Petrobras por danos ambientais causados pelo vazamento de petróleo no Rio Iguaçu, no município de Araucária, em julho do ano 2000. Uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Paraná questiona os projetos apresentados pela gestão Ratinho Junior e pede alterações na composição do Conselho de Recuperação de Bens Ambientais Lesados; segundo ponto: a realização de editais de chamamento público; terceiro ponto: que os projetos tenham adesão e

pertinência temática ao acordo judicial firmado entre o Ministério Público do Paraná, o Ministério Público Federal e o Governo do Estado. Constrangido, o Governo tentou explicar onde estão sendo investidos os R\$ 441 milhões, parte proveniente das duas primeiras parcelas da indenização, que, no total, é de R\$ 1,39 bilhão, sendo que 931 milhões e 200 mil são destinados ao Governo do Paraná. O Ministério Público ressalta que esse dinheiro deve ser aplicado, cito, nos exatos termos do acordo judicial homologado e em respeito à legislação vigente, com vistas ao exclusivo interesse do bem ambiental, sem que haja qualquer desvirtuamento na destinação dos valores pagos pela Petrobras. Sobre a composição do Conselho de Recuperação de Bens Ambientais Lesados, responsável por aprovar os projetos, o nosso mandato já havia feito o alerta. As duas entidades escolhidas pelo Governador Ratinho Junior para representar a sociedade civil, o Instituto de Engenharia do Paraná, o IEP, e o Movimento Pró-Paraná, por mais honradas, honrosas e reconhecidas pela sociedade, não têm atuação ou experiência na preservação ambiental e nesse sentido não deveriam compor o nomeado Conselho. O nosso mandato também analisou a apresentação feita pelo Secretário Márcio Nunes e ficou claro que não haverá benefícios ambientais se os recursos forem aplicados da forma como o Governo quer. Os recursos estão distribuídos em diversas ações pontuais que não têm conexão territorial ou temática. Serão investimentos pulverizados que não trarão qualquer resultado concreto e visível na Bacia do Rio Iguaçu, a principal área afetada. O principal argumento do Governo para justificar a aprovação desses projetos é a celeridade, a pressa. O Governo tem pressa em gastar esse dinheiro em projetos duvidosos em um ano de eleições. Arrisco dizer que o Governo está mais interessado, de fato, nos dividendos eleitorais ao aplicar em ano eleitoral quase R\$ 1 bilhão de acordo com conveniências políticas, atendendo ao maior número de prefeituras. Vou dar um exemplo: a compra de caminhões para fazer a coleta e o transporte de resíduos e limpa-fossa, no valor, senhoras e senhores, de R\$ 66 milhões. Definitivamente não são para fins de proteção ambiental e para esse tipo de compra devem existir outras linhas de financiamento. E o que pensar de quase R\$ 39 milhões em caminhões-pipas para atender a 150 municípios? Ou de

projetos para drenagem urbana que receberão outros quase R\$ 23 milhões, sendo que investimentos em drenagem urbana estão contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2022? Vejam bem, existe previsão orçamentária de apenas R\$ 18 milhões para a gestão de recursos hídricos, resíduos sólidos e saneamento ambiental na LOA de 2022. Ou seja: o Governador Ratinho Junior quer usar da multa da Petrobras mais do que ele próprio se propôs a gastar no orçamento do Estado. Isso é falta de planejamento ou esse desvio já estava muito bem planejado? Vou reforçar: o nosso entendimento, assim como o do Ministério Público, é que o dinheiro da multa deve ser aplicado exclusivamente em programas e projetos ambientais. O item 4.2.1 dos termos do Acordo prevê investimento direto em unidade de conservação. Nossas unidades de conservação, os parques estaduais estão carecendo praticamente de tudo: proteção, plano de manejo, acessibilidade, manutenção e ampliação das suas áreas. Em vez disso, o Governo quer gastar R\$ 43 milhões na adequação de estradas rurais. Ação importante, sem dúvida, mas para a qual o Governo deve destinar recursos próprios. Para o bem da verdade, também avaliamos como positivo alguns projetos apresentados pelo Governo. Por exemplo, o projeto *Pró-Fauna*, o *Monitora Paraná* e o *Projeto de Inovação Ambiental*. No entanto, mesmo esses programas e projetos necessitam de readequação ou já possuem orçamento específico. Destaco, também, os chamados parques urbanos que devem receber R\$ 57.7 milhões. O programa de parques urbanos poderia priorizar projetos em fundos de vale de rios contribuintes da Bacia do Rio Iguaçu, atendendo à população e melhorando a qualidade hídrica da bacia do rio afetado diretamente pelo desastre. Em vez disso, o recurso é distribuído entre diversas prefeituras, sem critérios claros, mais uma vez. Deputados e Deputadas, vamos lembrar que foram mais de 4 milhões de litros de petróleo cru, despejados no mais importante rio do Paraná. Nada vai restituir o dano ambiental causado por esse desastre devastador, que contaminou quase 100 quilômetros do Rio Iguaçu, mas exigimos o cumprimento do acordo judicial e que o Governo Ratinho Junior pense nas consequências a longo prazo, utilizando corretamente esse recurso. Esse recurso não pode servir para ações politizeiras e eleitoreiras. Estamos em

processo de diálogo permanente. Amanhã, as entidades ambientalistas e o Ministério Público se reúnem para tratar do tema e a Comissão de Meio Ambiente também acompanhará essa reunião. Também na parte da manhã uma reunião na Sedest, para apresentar os editais de chamamento público. Estaremos lá fiscalizando, cobrando e apresentando propostas. Termino, Sr. Presidente, lembrando que a falta efetiva de cuidado nas nossas unidades de conservação, os planos de manejo agrupados e atualizados refletem na insegurança e no risco à população paranaense. Agora, nesse domingo, ontem, mesmo, um cidadão, um servidor da Câmara Municipal de Curitiba, o técnico administrativo da Câmara, Paulo Josimar Voroniuk, faleceu no Salto dos Macacos, área próxima ao Parque Estadual do Marumbi. Uma fatalidade, a qual externamos aqui as nossas condolências, aos amigos, familiares e trabalhadores da Câmara de Vereadores da nossa Capital, mas também é consequência direta da falta de cuidado com as unidades de conservação. Os recursos da multa da Petrobras, mais uma vez e termino, devem ser destinados à preservação do meio ambiente, à saúde do Rio Iguaçu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Antes de iniciar, é claro, aqui, a razão que me faz vir a esta tribuna, quero antes de qualquer coisa também esclarecer, Sr. Presidente, que nós, o Partido dos Trabalhadores, temos uma nota que estará sendo feita no dia de hoje. É claro que há uma série de divergências e não há concordância com as coisas que acontecem, Deputado Galo, mas também não pode e não há concordância quando se busca politizar e partidarizar ações que acontecem, até porque se fosse assim teríamos também que ter o mesmo tratamento quando o Padre Lancellotti, por exemplo, é acusado de uma série de ações, que depois se vê não serem verdadeiras e tem a sua vida colocada em risco. Não vi ninguém fazendo isso. Sinceramente, não vi. Como não vi ninguém também se mostrando indignado, Deputado Hussein, quando dias atrás, e não foi um religioso, foi um

ato, quando houve um processo de se benzer armas, que acho que o próprio Prefeito reconheceu ser um ato infeliz benzer armas, na Guarda Municipal. O que me parece mais claro é a nota da Arquidiocese de Curitiba, que não sei se os senhores leram. A nota da Arquidiocese de Curitiba faz uma série de ponderações, sobre o dia 5 de fevereiro, em torno das 17 horas, dizendo: "Que se apresentou à porta da Igreja do Rosário, para protestar contra a violência havida no Estado do Rio de Janeiro, cujo desdobramento final foi a morte de um cidadão congolês e, em outro caso, a morte de um brasileiro afrodescendente. Era no mesmo horário da celebração da Missa. Solicitamos não tumultuar o momento litúrgico." Neste momento, inclusive, é bom que se diga que as pessoas reduziram o som e quando entraram, a nosso ver, equivocadamente, dentro da Igreja, a cerimônia já havia terminado, as pessoas estavam saindo. O que diz a nota, ao final, parece-me extremamente importante. A nota é do Arcebispo Dom José Antônio Peruzzo. O Arcebispo Dom José Antônio Peruzzo, diferente de quem quer tirar vantagem do que aconteceu ou acusar essa, ou aquela pessoa, disse o seguinte: "A posição da Arquidiocese de Curitiba é de repúdio ante a profanação injuriosa. Também a lei e a livre cidadania foram agredidas. Por outro lado, não se quer 'politizar', 'partidarizar' ou exacerbar as reações. Os confrontos não são pacificadores. O que se quer agora é salvaguardar a dignidade da maravilhosa e também dolorosa história daquele templo. Dom José Antônio Peruzzo, Arcebispo." Acho que essa, talvez, seja a expressão de quem de fato tem que falar, pode falar e fala pela Igreja Católica no Paraná. Aqueles que querem *tirar casquinha* podem fazê-lo, mas não tenho dúvidas de que não vão conseguir o seu objetivo. O que me traz aqui, Sr. Presidente, é outra situação. Peço aqui, como tantas vezes já o fiz, inclusive, que seja feito o esclarecimento, talvez, sobre os fatos ocorridos na última semana, depois da distribuição de aulas nas escolas estaduais do Paraná. Tivemos em Londrina, Deputado Hussein, já adianto que não vamos dizer o nome desse ou daquele, porque não significa absolutamente nada e não vamos expor as pessoas, mas de forma equivocada algumas pessoas do Núcleo de Londrina, dizendo que professores PSSs que se estivessem com Covid perderiam as suas aulas. Por isso, o melhor que poderiam fazer seria não contar que estavam com

Covid. Isso está gravado. Não falar que estavam com Covid. Acho equivocado e não estou dizendo que foi má-fé, porque não tenho o direito de julgar quem fez essa afirmação. Que seria melhor o professor ficar se resguardando, ir para a sala de aula, se cuidar, mas não perder as suas aulas. Sabemos das consequências disso. O que me chamou a atenção é que na sequência tem um áudio e esse áudio é público, Deputado Hussein, a Sr.^a Adriana Kampa, que todos aqui conhecem, já tivemos uma série de questionamentos da sua atuação quando estava no Núcleo e posteriormente saiu da Secretaria da Educação e foi para o Núcleo Sul, há um áudio onde ela fala claramente para os senhores diretores que os professores PSSs que tiverem aulas e têm aulas, e que pegarem Covid, perderão as suas aulas. Ora, isso é uma coisa absurda, porque o que a Sr.^a Adriana Kampa faz, ela é a autoridade. Não sei se ela fala pelo Secretário, acredito que não, porque o Secretário pode ter todos os seus defeitos, que aqui apontamos e discordamos do Secretário, muitas vezes, mas não acredito que um Secretário de Estado diga para uma pessoa: *Olha, se você tiver Covid perde as suas aulas. Você não tira licença. Você perde as suas aulas.* O que significa em outras palavras: *Não conte.* Esse vídeo, esse áudio, até vou mandar para o Líder do Governo, tem cerca de quatro minutos. E ainda fala a Sr.^a Adriana: *Olha, estamos tentando fazer com que vocês entendam, se estão com Covid, vocês não podem.* Meu senhor, minha senhora, Covid é doença e para doença existe afastamento. Não é uma ou outra pessoa que vai dizer: *Se estiver com Covid, você vai perder as suas aulas.* O que estou dizendo quando faço a afirmação? Que é melhor você não contar que está com Covid, porque se você contar, vai perder as suas aulas. Você está induzindo as pessoas. Primeiro, é um crime contra a saúde pública e, segundo, ao colocarem as suas vidas e a dos outros em risco, para manterem as suas aulas. Temos essa situação que aconteceu na última semana, tivemos também já o início daquele Convênio Unicesumar feito, alguns aqui estão acompanhando, com as escolas estaduais. São cerca de 5 mil alunos que irão receber as aulas do novo Ensino Médio, por meio de monitorias e com tutorias dentro das salas de aula. Aí há um grande questionamento, porque essa aula será dada a distância. A pergunta é como as escolas vão organizar

as suas grades, se a aula é toda no mesmo horário? Como será feito o conselho de classe se obviamente as aulas dadas a partir de Maringá não poderão, os tutores e não poderá também aquele que é monitor, dentro da sala, porque irá fazer o acompanhamento, mas não como professor, mas como monitor, recebendo de 240 até 636, R\$ 676,00, o valor exato não estou lembrado, para 20 horas, mas não poderá participar do conselho de classe. Como poderá testar a presença? Como poderá dar notas? Então, estamos fazendo, sei que várias vezes o Secretário da Educação veio até esta Casa. Amanhã, estaremos fazendo um convite para que ele venha ao Plenário, faça esse e uma série de outros esclarecimentos que estão sendo necessários, para que tenhamos de fato uma educação sem, Soldado Fruet, as complicações no ano passado. No ano passado tivemos muitas críticas à educação aqui do Paraná. Muitas críticas! Críticas à admissão dos 2.000 PSSs e a contratação por 11 empresas que, inclusive, algumas delas não pagavam sequer o salário; crítica ao método adotado, quando você fez com que essas mesmas empresas ameaçassem os seus funcionários; tivemos críticas ao processo seletivo que foi feito, na sequência, às escolas da forma como receberam os alunos. A volta dos alunos, mesmo aqueles, em que os pais entendiam, que não deveriam voltar sem vacinas. Todas as críticas que fizemos desta tribuna. Agora queremos e não o Deputado, sei que o Deputado Hussein muitas vezes tem trazido o Secretário na Comissão de Educação, que às vezes não coincide com os horários que temos. Eu faria uma solicitação para que no horário, seja de 15 minutos ou seja de meia hora, o tempo que for necessário.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Um aparte.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já lhe concedo. O tempo que for necessário, mas que o Secretário venha discutir com todos os Deputados, porque situações como essa que estou falando aqui, da Unicesumar e situações como essa da Sr.^a Kampa, elas irão se repetir o ano inteiro. Então, é melhor que já discutamos agora, resolvamos agora e não fiquem depois tendo que fazer milhares de perguntas na sequência do ano. Deputado, concedo-lhe um aparte, não sem antes cumprimentá-lo por ter feito e trazido para cá também o debate a respeito da

situação dos policiais militares e dos policiais civis que estão, inclusive, aqui na frente do Palácio.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Obrigado. O Governo do Estado do Paraná vangloria muito a questão do piso, que é o maior piso salarial que existe aí, mas esses agentes públicos que estão trabalhando nas escolas recebem no máximo R\$ 900,00 de salário. Então, para os outros serve, mas para o Estado *dois pesos e duas medidas*. Era isso.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Volto a dizer aqui, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, este será um ano em que vamos fazer muitos debates. Espero que nós, em breve, talvez abril, março, possamos estar com todos os Deputados, não só os Deputados, presencialmente, mas também as galerias aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Porque é preciso que voltemos a ter a relação que o resto do Estado está tendo nas outras atividades. Sei que temos dificuldades, mas as escolas voltaram. Acho que o ensino superior deve voltar também presencial. As escolas voltaram, os campos de futebol voltaram, os shows voltaram, os restaurantes voltaram, os cinemas voltaram. Quem não volta? Estamos voltando parcialmente, entendo a Mesa Diretora, mas acho que é preciso que se dê logo, muito logo, a participação popular dentro da Assembleia. São dois anos que estamos aqui com alguns Deputados. São dois anos, claro, de cuidados necessários. Agora, volto a dizer, que hoje estádio de futebol, restaurante, clube, cinema, todos, as escolas estaduais, todas voltaram com professores e com alunos, o significa 1,5 milhão de pessoas. Tal será que isso não possa acontecer aqui. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do MDB, com a palavra Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (MDB): Deputado Tercílio, demais colegas. Iniciamos o último ano desta legislatura, ano importantíssimo. Tenho certeza de que será um ano muito divertido, porque espero que os debates, aqui dentro desta Casa, fiquem mais quentes, mais interessantes. Espero ver Deputados que até anteontem não tinham posição, tomarem posição sobre assuntos polêmicos, porque geralmente essa é a mágica do ano eleitoral. A nossa classe de políticos passa a se colocar e a se apresentar neste ano. Então, acredito que a Assembleia terá o uso maior aqui dos microfones. Espero, assim como o Deputado Tadeu, que possamos voltar ao presencial. Acho que faz uma diferença enorme os Deputados sentados aqui, do que os Deputados sentados atrás de uma tela. É importantíssima essa presença aqui, até para que conheçam a realidade, hoje, da Assembleia, como, por exemplo, dos policiais que estão ali fora na praça clamando pelos seus direitos, que lhe foram cortados, como tão bem colocou aqui o Soldado Fruet. Perdem e perderam, assim como os professores, assim como as enfermeiras, assim como o funcionalismo público do Estado em geral. Conversava com o Deputado Tião e não iria falar sobre esse assunto, mas vou ter que falar rapidamente. Os Deputados colocaram de forma veemente o seu repúdio ao atrapalhado ato, que chegou a invadir um templo, uma Igreja Católica aqui em Curitiba. Não concordo com isso, acho que foi errado. Acho que devem ter, sim, as *orelhas puxadas* aqueles que desrespeitaram naquele momento a Igreja, mas gostaria de ver com a mesma eloquência e veemência o debate contra o racismo. O debate desse assunto tão importante que ficou de lado nessa discussão. E gostaria também que a Igreja Católica aqui de Curitiba, da Arquidiocese, uma nota sobre o que acontece hoje no Brasil em relação ao racismo. Talvez mais importante do que a defesa do espaço ao culto, seria a defesa da vida. Deixo bem claro que não concordo com a invasão do templo, seja ele qual for, assim como disse aqui o Deputado Michele. O Brasil, o Brasil precisa evoluir e muito. Vejo isso em posições aqui e vejo isso em posições em Brasília. O filho do Presidente fez uma ligação absurda entre um acidente na obra do metrô, ao fato de que aquela empresa contratava e valorizava mulheres na sua profissão. Isso mostra um atraso que não cabe em 2021, até porque quando uma mulher decide fazer algo,

ela faz muito melhor do que nós homens e faz melhor e faz mais, porque imagino que cada um de nós aqui seja culpado de ter chegado em casa um dia, após o expediente, ter sentado no sofá assistindo à televisão esperando o jantar, esperando a casa limpa. Fomos criados a essa maneira, uma maneira equivocada. O caminho é avançar, não regredir. Quando um filho do Presidente faz piadas machistas, mostra que o Brasil anda no lado errado. Quando uma manifestação pela morte de um negro no Brasil, de forma violenta, porque era negro e pobre fica de lado, porque à frente da manifestação estava um Vereador de determinado partido, mostra que perdemos um pouco o foco. O foco deveria ser andar para frente. O foco deveria ser combater o racismo, combater o machismo, evoluir como sociedade. Então, neste ano, ano eleitoral, Sr.^s Deputados, espero que esse seja o foco desta Casa: evolução, não a desconstrução. Poderia usar esse espaço para já adentrar o ano eleitoral, colocando os defeitos do atual Governo, por falar em desconstrução, que no meu entendimento vem desconstruindo o nosso Paraná, valorizando acionistas e empobrecendo os pais de famílias e donas de casa. Aumentam-se tarifas de água e luz, aumenta-se a divisão de lucro e se coloca a *corda no pescoço* do trabalhador paranaense. Comemoram-se 15 novas praças de pedágio, gastam milhões de reais com o novo *ferryboat* e o *ferryboat*, literalmente, afunda. Foi contratada uma empresa, Sr.^s Deputados, ao custo de centenas de milhões de reais, se não me engano, ou dezenas de milhões de reais para fazer a fiscalização do *ferryboat*, que não foi feita. Temos uma Copel e uma Sanepar que esquecem dos paranaenses e se lembram apenas dos acionistas. É hora de construir, a ideia é caminhar para a construção de um Paraná que tenha compromisso com os paranaenses. Imagino que esse deveria ser também o compromisso de cada um dos meus colegas. Não o compromisso com grupos políticos, econômicos ou interesses imediatos eleitorais. Devemos ter como compromisso neste ano o povo do Paraná. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Com a palavra, ainda na Liderança, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Muito boa tarde, Sr. Presidente. Muito boa tarde a todos que estão à Mesa, aos que nos assistem pela TV Assembleia, pelo Facebook, nossos nobres Parlamentares que estão aqui no Plenário, os que estão em Sessão remota. Como todos aqui já fizeram a sua colocação, não poderia deixar ou me eximir de falar do fato ocorrido. Acho que não podemos mais *passar pano* em muitas coisas que são feitas. O problema não é ideológico. Já falei aqui nesta tribuna e falei pedindo que os nobres Deputados Parlamentares citem nomes. Falei nome de Tadeu Veneri, falei nome de Arilson Chiorato e disse assim, orientem esse menino que é Vereador, que ele vai arrumar problemas. Falei isso, porque isso é nítido. A primeira vez, Deputado Pacheco, que ele foi preso, ele arrumou 10 mil seguidores no *Instagram*. Então, acho que a causa, de repente, pode ser isso, aparecer mais nas mídias sociais. Quando os Deputados fizeram nota de repúdio, apareceu em todos os jornais. Gostaria de fazer uma luta com o Whindersson, como o Popó fez. Ele tinha menos do que 1 milhão de seguidores e após a luta, Deputado Gilson, 3 milhões e 200 mil seguidores. Então, o que parece é que o Vereador Renato precisa ter seguidores. Ele parece precisar de pessoas que vão acompanhar o trabalho que está fazendo ou o desserviço que ele anda fazendo. Então, não me sinto aqui *tirando casquinha*, como alguns falaram. A nossa bancada evangélica, por meio da Deputada Mara Lima, posicionou-se muito bem. Acho que estamos nos posicionando, Deputado Gilson, pelo visto, mais do que a Igreja Católica, que não é um templo evangélico. Estamos nos posicionando, estamos falando, estamos repudiando esse ato, porque amanhã pode ser em uma Igreja Evangélica. Não importa a placa denominacional. Estamos aqui para defender a população em um contexto geral. Não posso falar de um assunto em detrimento a outro assunto, descumprir a lei, é um descumprimento da lei. Parece que o Renato é advogado. Como pode um advogado descumprir tanto a lei? Recebi aqui várias pessoas que repudiaram, como a Anajure que fez aqui uma carta de repúdio à Associação Nacional de Juristas Evangélicos. Recebi também uma mensagem do Cônsul da Tanzânia, perguntando-me sobre o fato, Deputado Galo. O Cônsul da Tanzânia disse assim: “Isso não é representar a comunidade negra. Tenho orgulho de

representar uma nação de 60 milhões de negros, dos quais amo como irmãos. Invadir igrejas não tem absolutamente nenhuma relação com raça.” Então, acho que o Conselho de Ética, mais uma vez peço aos Vereadores de Curitiba, que façam o trabalho que compete a eles agora, que façam o trabalho, para que se responsabilize quem toma devidas atitudes, porque já vimos muitas vezes o Vereador dizendo que estava sendo ameaçado, o Vereador, em uma certa ocasião, preso. Então, quem não faz coisas desse tipo, não cai no rigor da lei. Gostaria que todos os nossos nobres Vereadores de Curitiba tivessem muita atenção nesse caso. Acredito que ele será representado, sim, no Conselho de Ética, pela atitude tomada, pelo que fez e não importa a denominação, a placa da Igreja. Invadir um local de culto religioso, isso é um vilipendio, isso é proibido. Proibido! Se ficassem ali do lado de fora, não teria problema nenhum, Deputado Elio Rusch, fariam ali o que quisessem, falariam como quisessem. Agora, em detrimento a algo que aconteceu no Rio de Janeiro, que foi errado e muito errado, prejudica-se o Estado do Paraná. Então, temos que pensar antes de tomarmos certas atitudes. Certas bandeiras colocadas, Deputado Gilson, falas que foram colocadas, ali foi uma fala contra o Presidente, contra pessoas. Então, isso tem que ser pensado. As pessoas não podem sair por aí fazendo o que acham melhor, ainda mais partindo de um Vereador, que deveria representar a população, mas acho que o que ele queria mesmo era isso, aparecer nas mídias, aparecer nos jornais, ter publicidade e não representar alguém. Então, cabe aqui o nosso repúdio. Cabe aqui que não aceitemos situações como essa e falas como essa. Pois não, Deputado Gilson.

Deputado Gilson de Souza (PSC): Deputado Alexandre Amaro, quero me somar a Vossa Excelência nesse repúdio, à atitude de invasão a uma igreja. Só gostaria de colocar que Dom Peruzzo, Arcebispo aqui de Curitiba, que fez a nota de repúdio com relação a essa invasão à Igreja, sentiu-se desrespeitado, mas não é só uma questão de ele se posicionar. Ele pode e deve falar, manifestar-se, mas não somente ele. Também temos o direito de nos posicionarmos contra, de sentirmos também a dor de ter uma Igreja invadida, os direitos desrespeitados. O culto que para nós tem um valor muito grande e a missa para os católicos também

e, de repente, serem invadidos. Então, isso é injustificável, um erro não justifica outro erro. Não apoiamos, de forma alguma, o que foi feito com o cidadão do Congo, da forma violenta como foi tratado. Somos contra o racismo, somos contra a todo tipo de violência. Não podemos assinar embaixo e nos calar, achando que isso é uma questão apenas da Igreja Católica. A sujeira, lá no terreno do vizinho, pode atrair ratos para o nosso terreno também. Então, somamo-nos ao Dom Peruzzo e me somo ao seu pronunciamento também neste momento. Acho que medidas precisam ser tomadas de forma muito severa, com relação àqueles que deveriam lutar pela preservação da lei, que de repente acabam desrespeitando a lei e promovendo desordem. Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Muito obrigado, Deputado Gilson de Souza. Eu e o senhor entendemos bem como é isso. Imaginem, lá o Galo fazendo programa dele na TVCEI, a Hora do Galo, e entra alguém e se acha no direito de usar os microfones: *Oh, sai daí, Galo. Sai daí, que agora vamos falar.* Entram lá com 10 pessoas na TV e começam a falar na sua TV. Como é que você se sentiria, Deputado Galo? Imagine, você está fazendo o seu trabalho, comunicando, levando ali o que você faz muito bem para as pessoas. Assim acontece com o padre, com o pastor, com a pessoa que está ali no culto religioso. Então, mais uma vez quero enfatizar aqui, Vereadores de Curitiba, se vocês não tomarem uma atitude agora, não sei qual será a próxima desse Vereador, o que ele vai querer fazer para aparecer um pouco mais nas redes sociais. Tenho ainda aqui um minuto e meio, mas vou falar um pouquinho desse outro assunto e depois vou trazer aqui mais números sobre isso. Casos de esquecimento e morte envolvendo *pets* estão pressionando as empresas aéreas a mudarem as regras. As empresas aéreas também são uma dificuldade grande. Somos refém das empresas aéreas. Eles citam as regras da maneira que eles querem, aí quando você vai viajar com o seu *pet*, você é obrigado a fazer tudo do jeito que eles querem e você não tem outra opção. Então, problemas envolvendo animais transportados em aviões têm sido frequentes! Alguns casos que aconteceram nesses últimos tempos, agora: em setembro do ano passado, um filhote da raça *Golden Retriever*, chamado Zyon, morreu por não suportar a

viagem dentro do bagageiro aéreo; em outro caso, um cão da raça *American Bully*, chamado Weiser, morreu durante o voo, em outubro; em dezembro, o caso emblemático da Pandora, que desapareceu, uma cachorra sem raça definida, que escapou lá do aeroporto em Guarulhos e ficou 45 dias desaparecida e a empresa Gol... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Alexandre Amaro, por favor, para concluir.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Para concluir, Sr. Presidente. Quarenta e cinco dias desaparecida, o cara tendo que bancar tudo, ficar em São Paulo procurando ali a cachorra dele e tudo o que eles dizem é: *Olha, sinto muito pelo fato ocorrido.* Então, as empresas aéreas, queria até pedir para o Deputado Goura, que faz parte da nossa Comissão da Assembleia Legislativa, essa Comissão que tem também a causa animal, que fizéssemos aqui um trabalho para que, com a bancada federal, algo fosse feito. Essas empresas têm que mudar esse formato, esse jeito de agir e não tratarem mais os animais como coisas, para que sejam levados lá nos bagageiros, e tenham assim esse problema que estamos tendo dia a dia! Na semana que vem ou nas próximas Sessões falaremos um pouco mais sobre isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um forte abraço a todos. Deus abençoe o nosso dia!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário da Liderança da Oposição. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato. Não estamos lhe ouvindo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Olá, Presidente Tercílio. Boa tarde ao senhor... Boa tarde, Presidente! Ouve-me agora?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Sim, estamos lhe ouvindo bem.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Tercílio. Boa tarde, Deputados e Deputadas. Quero, para falar um pouquinho sobre o assunto que foi tão enfatizado hoje por vários Parlamentares, ler uma nota aqui do Partido dos Trabalhadores. *No dia 5 de fevereiro de 2022, aconteceu em Curitiba uma manifestação convocada por movimentos sociais para repudiar o brutal assassinato de Moïse Kabagambe, ocorrido em 24 de janeiro, no município do Rio de Janeiro. Moïse era um jovem congolês, refugiado no Brasil, País no qual, junto de sua família, buscou amparo e melhores condições de vida. O jovem foi espancado até a morte por reivindicar salário que estava em atraso. Foi vítima de racismo, xenofobia e aporofobia, por algozes que continuam a reproduzir a ideologia escravagista. No último sábado, aconteceram, em diversas cidades do País e até mesmo em outros países, manifestações para cobrar justiça e denunciar o racismo estrutural que lamentavelmente faz parte de nossa sociedade. Em relação ao ato público que ocorreu em Curitiba, a Comissão Executiva Estadual do PT do Paraná lamenta o episódio e esclarece que não participou nem da organização e nem da decisão de adentrar o templo religioso. Rejeitamos e denunciamos a manipulação política do fato e reafirmamos o nosso compromisso com o direito à vida e contra toda e qualquer forma de discriminação. Defendemos a liberdade de expressão, solidarizamo-nos com a família de Moïse e repudiamos o racismo e a xenofobia, que devem ser extirpados de nossa sociedade com uma luta diária e permanente que deve contar com o afínco de todos e todas. O PT é defensor histórico da liberdade religiosa, aliás, entre outras frentes de luta, o PT nasceu dentro das comunidades eclesiás de base e das lutas pastorais, que é um partido plural e que reconhece na CNBB uma importante aliada no combate ao discurso de ódio e de intolerância que estão impregnados em nossa sociedade.* Assina a nota a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, o Presidente Arilson Chiorato, e o Presidente do PT de Curitiba, Ângelo Vanhoni. Passando esse fato, Presidente Tercílio, lida essa nota, aqui reafirmamos o compromisso do PT no combate ao racismo. Como bem colocado pelo Deputado Requião Filho, o racismo é a parte central que deve ser discutida e combatida. O que vemos ultimamente neste ambiente de ódio na

sociedade em que estamos é inadmissível. Temos também alguns líderes políticos que alimentam esse discurso de ódio e hoje temos várias situações de violência, violência contra a mulher, violência contra o povo negro e negra. Não podemos tolerar isso! O PT é um partido que tem compromisso com as causas sociais e tem sua origem baseada na defesa do cidadão. É um partido composto por vários companheiros e companheiras de diferentes matrizes religiosas. Particularmente venho da Igreja Católica, fui catequista, fui da Pastoral da Juventude e tenho uma militância política no Partido dos Trabalhadores com muita honra. Para encerrar o assunto, Presidente, quero pedir que nos unamos na discussão de um Brasil decente, de um Brasil que inclua as pessoas, de um Brasil sem violência. Um Brasil que tenha livros, um Brasil livre das armas, um Brasil que tenha espaço para a cultura, um Brasil que valorize a ciência e não um Brasil que negue a ciência, um Brasil que negue a vacina por parte de lideranças que alimentam o negacionismo e fazem com que o povo acabe morrendo na maior tragédia sanitária que já houve na história do mundo. Hoje precisamos de prudência, de eloquência, nada de ódio, nada de discurso radical! O radicalismo não faz bem nem para o lado da direita, nem para o lado da esquerda e nem para o centro, para lado nenhum! Tudo o que tem extremismo tem os dias contados e nunca dá certo. Então, fica aqui a nota do Partido dos Trabalhadores sobre o episódio ocorrido. Viva a democracia! Viva o povo brasileiro! Viva a luta para que homens e mulheres tenham condições dignas de vida! Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados e Deputadas, que saudades que estava desta tribuna, mas especialmente de vocês, deste convívio diário, colegas da Mesa. E fiquei muito feliz hoje em perceber os diferentes discursos aqui, cobrando posições firmes, mas todos com respeito, como tem que ser, cobrando atitudes, como tem que ser. E o Deputado Arilson finalizou da mesma forma, conclamando a todos, a esta Casa pelo menos fazer o seu papel. Se o resto do País não vai fazer, vamos fazer nós! Chega de radicalismo, ninguém

aguenta mais! O radicalismo não leva a lugar nenhum. Ou leva pessoas a fazerem gestos como foi feito por aquele Vereador, no último final de semana. Não leva a lugar nenhum, gente! Precisamos parar com isso de todos os lados, de esquerda, de direita, de centro! E gostaria até de me reportar agora ao Deputado Fruet. Deputado, tenho um profundo respeito por V.Ex.^a e vou responder com respeito. O senhor faz uma defesa enfática dos funcionários, é o seu papel, o senhor faz parte da Oposição, mas só quero fazer uma reflexão com o senhor e com os Deputados aqui e não é nenhuma crítica. Quanto o Governo Bolsonaro deu para os funcionários este ano? Quanto? Zero! Zero! E havia sinalizado que daria para a Polícia Federal, para os policiais e teve que recuar. Mas, por que ele teve que recuar? Por que ele não gosta? Não, porque os demais funcionários também queriam e não tem dinheiro. É essa a realidade! O Governo do Paraná, por meio da votação aqui, deu o que era possível, 3% de reposição salarial, que somado chega a praticamente 900 milhões por ano, e é isso que é dado para o inativo, que está na praça hoje lutando pelos seus direitos, com toda a sorte de poder correr atrás. Mas é preciso dizer a verdade! Ninguém vai criar expectativa aqui agora! Em relação aos policiais que estão na ativa, o que foi feito? Dentro das possibilidades do Estado, foi oferecida a diária extrajornada, que alguns dizem que é esmola, mas quem quer pegar a esmola pega, quem não quer não vai trabalhar! Não é obrigado. Ninguém é obrigado a cumprir a diária extrajornada. Não existe isso! Se em uma cidade nenhum policial quiser, ele não vai! Essa questão do vale-alimentação, ouço sempre dizer que o policial está ganhando mal aqui, 4 ou 5 mil reais, mas R\$ 600,00 dá quase 15% em cima do salário! Agora, é o que povo do Paraná, por meio do caixa do Governo do Estado, por meio dos impostos, pode fazer hoje. É o possível! O Governador tem um profundo respeito, sim, agora o discurso é uma coisa e a prática é outra! E isso será uma constante aqui, aqui dentro da Casa será uma constante, porque a Oposição está no papel dela, talvez não tenha outro instrumento, só não quero que você pegue as minhas escolinhas lá que estou levando recursos, viu, como você fez em Medianeira. Por favor! Daí não dá, não é! Você vai querer ser muito guloso! Então, você quer ficar na Oposição e ainda quer dizer que você é quem está levando. Mas, nos acertamos,

com todo o respeito! Gostaria agora também de perguntar novamente. De Medianeira? Ele sabe! Ele, o Fruet! Gostaria de dizer o seguinte... Mas, é uma brincadeira apenas! Dizer que o Governo do Estado procurou fazer de todas as formas o que é possível, dentro do cenário que vivemos. Repito! Não sou contra o Governo Federal, votei no Bolsonaro e tenho até uma possibilidade de votar de novo, dependendo do comportamento dele. Dependendo! Hoje estou meio reinando! Mas, assim, não foi dado nada! Por quê? Porque a situação financeira é uma temeridade hoje qualquer governante poder superar o limite prudencial e responder com os seus bens. Pessoal, o ferryboat resolveu. Ah, não foi do jeito que eu queria! Mas é preciso saber que tem algumas questões que antecedem à decisão. Por exemplo, o Estado do Paraná tem uma Procuradoria Jurídica que tem que dizer como agir. Não é você chegar lá e cancelar alguém que ganhou uma licitação. Espera um pouco! Quem é advogado sabe disso. Que culpa temos se no processo de licitação ganhou uma empresa que não cumpriu? Realmente, não temos culpa! Agora, para ser retirado tem que ter o devido processo legal, instruído pela Procuradoria-Geral do Estado, instruído pela Controladoria e chegou o momento! Agora, escorado por uma ação forte aqui dos Deputados, tenho que reconhecer o Deputado Caputo, que iniciou um movimento sério aqui dentro, quero parabenizá-lo, ajudou muito. Quero parabenizar o Deputado Nelson Justus, que, na atitude do seu filho, o Prefeito de Guaratuba, o Roberto, ajudou muito a chegar neste momento, eles lutaram muito para chegar aqui e vários Deputados aqui tenho que reconhecer, de todas as correntes políticas, Oposição ou Situação, lutaram para que chegássemos neste momento. Então, quero fazer esse reconhecimento público e agora o que vai acontecer? Agora são seis meses, será contratada uma empresa com toda a expertise de forma emergencial, Presidente Tercílio, evidentemente que com o mesmo preço, e tenho certeza de que teremos um bom trabalho. Aí será feita a licitação e vamos rezar para que não venha nenhum malaco aqui participar da licitação. Essa é a grande verdade, porque esse processo de licitação às vezes atrapalha mais do que ajuda, dependendo do caso. Quero dizer para vocês que 100 alunos do Ensino Médio terão o benefício que foi aprovado nesta Casa aqui, que é o Ganhando o Mundo, que aprovamos aqui e

eles vão fazer essa viagem para o Canadá. Eles foram escolhidos de acordo com... Pois não, Deputado.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Não vai me dar um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro! Sempre lhe dei aparte. Só não brigue comigo!

Deputado Soldado Fruet (PROS): Não, Líder do Governo, a questão do Bolsonaro, ele pode não ter dado, mas também ele não prometeu. Essa é a questão. E a questão da escola, não disse que levei nenhum recurso para a escola, até porque acho que o recurso lá é 10 milhões...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Oito.

Deputado Soldado Fruet (PROS): ... e acho que como Deputado não tem emenda de 10 milhões. Apenas foi uma cobrança nossa, no começo do nosso mandato, sobre aquela escola. Somente isso. Se o senhor se ofendeu, perdoe-me. Não foi a intenção.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não!

Deputado Soldado Fruet (PROS): Não disse que levei nada, simplesmente foi uma cobrança do nosso mandato. Era isso. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tranquilo! Não me ofendo por pouca coisa assim. Fique tranquilo. Mas em relação ao Presidente Bolsonaro, não falei que ele prometeu, falei que ele queria dar, era a vontade dele dar, tanto é que ele falou várias vezes que queria dar e às vezes a vontade, Fruet, não é aquilo que pode acontecer. É isso que tentei dizer! Entendeu? Então, ele não deu neste ano e não sei como vai fazer para frente! Demos 3%. Não é uma Brastemp, mas estamos trabalhando para melhorar. Bom, gostaria também de dizer que as exportações cresceram 17% no Paraná em 2021, temos uma melhora em janeiro no Porto de Paranaguá e aqui na Assembleia, por parte do Governo do Estado, gostaríamos

de finalizar dizendo o seguinte, que vamos sugerir ao Secretário Sandro Alex a possibilidade de a Assembleia participar, sim, desses debates, quem sabe criar uma Comissão para auxiliar o Governo na efetivação desse novo ferryboat. Ademais, todos terão o meu respeito aqui, um tratamento respeitoso e, naquilo que for possível, vamos dar as respostas. Deus abençoe o trabalho de todos neste retorno!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos à Ordem do Dia...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Peço pela ordem, mas na verdade não é pela ordem, só para fazer um comunicado, se V.Ex.^a me permite.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Depois de todo este debate que fizemos, importante aqui inclusive, a Arquidiocese agora, Sr. Presidente, poucos minutos atrás, soltou uma nota dizendo que, diante dos acontecimentos do último sábado na Igreja do Rosário, a Arquidiocese de Curitiba, atenção, em conjunto com os organizadores da manifestação que pedia justiça a Moïse Kabagambe, resolveram organizar uma missa e ato pela paz no próximo sábado, dia 12 de fevereiro: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Santa Missa e ato pela paz no dia 12 de fevereiro, às 17 horas. Tragam uma rosa e lenço branco. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, Santuário das Almas. Fica aqui o convite a todos que usaram a tribuna para irem a essa missa, porque acho que essa é a Igreja do perdão, diferente do que vemos algumas vezes, as pessoas querendo a cabeça dos outros, quando muitas vezes praticam a mesma coisa. Então, está aí a resposta da Igreja Católica. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Falar um pouquinho uma coisa ao Tadeu Veneri. A Igreja dos Pretos, da qual fui coroinha também, conheço bem, talvez a intenção, em respeito ao Amaro e ao Pastor Gilson, talvez a intenção do Vereador tenha sido exatamente essa. O objeto da igreja quando ela foi construída, constituída, foram os negros escravos que ergueram. Talvez por isso foi a tentativa. Não é meu amigo, não o conheço, só estou tentando entender! Estou quietinho aqui, Sr. Presidente, tentando apenas entender, Sr. Tadeu Veneri, que pode ser que a ideia tenha sido essa, o que ela representa. Grato, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Quem?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): *Pela ordem, Sr. Presidente.* O Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Ah, Deputado Amaro! *Pela ordem.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Deputado Galo, até concordo, o senhor é muito meu amigo, mas, quando temos um pensamento, procuramos, marcamos uma audiência com o padre e marcamos então uma missa, uma reza ou coisas do tipo, não invadimos e falamos palavras de protesto, para depois alguém marcar uma missa contra isso. É o meu jeito de pensar, está bom? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (54 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Philomena Maria Morello Raffagnin; **Autuado sob o n.º 2/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que institui o Circuito Cicloturístico Ivaí Adventure; **Autuado sob o n.º 3/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais Amigos Leais, com sede no

município de Imbituva; **Autuado sob o n.º 4/2022**, do Deputado Alexandre Curi, que denomina Francisco Desplanches o trecho da PR-535, do trevo do Rio Branco do Ivaí, que faz divisa com Rosário e Grandes Rios, até a divisa de Cândido de Abreu, na PR-487; **Autuado sob o n.º 5/2022**, da Deputada Maria Victória, que institui no Estado do Paraná o Dia do Atirador Desportivo, a ser comemorado em 3 de agosto; **Autuado sob o n.º 6/2022**, da Deputada Maria Victória, que obriga as empresas prestadoras de serviços de internet móvel e banda larga na modalidade pós-paga a apresentar ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que demonstrem o registro médio diário de entrega de velocidade de recebimento e de envio de dados através da rede mundial de computadores; **Autuado sob o n.º 7/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que dispõe sobre a destinação dos aparelhos de celulares ou smartphones apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais a alunos da rede pública de ensino; **Autuado sob o n.º 8/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 11580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação; **Autuado sob o n.º 9/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.º 19701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente; **Autuado sob o n.º 10/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras de serviço comunicarem previamente os consumidores contratantes sobre a ocorrência de interrupção e/ou paralisação do serviço de telecomunicações, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 11/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que altera o art. 28 da Lei Estadual n.º 14037, de 20 de março de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais; **Autuado sob o n.º 12/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, que reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade de porte de armas de fogo a todo atirador desportivo (CAC), integrante de entidade de desporto, legalmente constituídas nos termos do inciso IX do art. 6.º da Lei Federal n.º 10826 de 2003, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 13/2022**, da Deputada Maria Victória, que institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a conversão de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas, adquiridas com recursos públicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná, e dá outras providencias. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim” e, acordado com o autor do Projeto, faremos uma emenda amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Em votação. Votando, Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Gugu Bueno, Maria Victória, Mauro Moraes, Paulo Litro e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Gugu Bueno, Maria Victória, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto*

Miró e Tercílio Turini (9 Deputados). Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 659/2019.**

ITEM 2 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 276/2021, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva de Airsoft de Toledo, com sede no município de Toledo. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Alexandre Curi, Gugu Bueno, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Paulo Litro. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Abstenção: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gugu Bueno, Guto Silva, Mauro Moraes, Paulo Litro e Tercílio Turini (7 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 276/2021.***

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 505/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo e Boca Aberta Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos do Meio Ambiente e Animais de Rua, com sede no município

de Campina da Lagoa, Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Ainda aguardamos os votos dos Deputados Alexandre Curi, Delegado Jacovós, Gugu Bueno, Homero Marchese, Maria Victória, Mauro Moraes e Professor Lemos. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Delegado Jacovós, Gugu Bueno, Homero Marchese, Mauro Moraes, Professor Lemos e Tercílio Turini (8 Deputados).]** Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 505/2021.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 566/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas Posteiro dos Mananciais, com sede no município de Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Gugu Bueno, Mauro Moraes, Michele Caputo, Professor Lemos e Requião Filho. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Gugu Bueno, Mauro Moraes, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tercílio Turini (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 566/2021.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por absoluta economia processual, tendo em vista o horário, só quero informar a V.Ex.^a que, com exceção de apenas um, os demais foram transformados em envio de expediente. Peço para discutir apenas o Requerimento n.^o 5, da Deputada Mabel, peço para discutir para ver até

amanhã o encaminhamento que será dado. Os demais foram transformados, acho que a Mesa pode confirmar, em envio de expediente. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Ok.

Requerimento n.º 3/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica; **Requerimento n.º 4/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica; **Requerimento n.º 6/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica; **Requerimento n.º 22/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica; e **Requerimento n.º 38/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Presidente do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná, Sr. Felipe Augusto Amadori Flessak, conforme especifica. Confirmamos com os autores, então todos vão como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Com exceção desse que leva o n.º 5, da Deputada Mabel, que peço para discutir, para encontrarmos uma solução até amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pois não.

Requerimento n.º 5/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Comunicação Social e Cultura, conforme especifica. **Adiado na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^{os} 7523/2021 e 1/2022, do Deputado Alexandre Curi, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Otacílio Conceição Bittencourt, e Caio Marcio Nogueira Soares; **Requerimento n.^º 7524/2021**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sr. Gilberto Giacóia, conforme especifica; **Requerimento n.^º 7525/2021**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Sr. José Laurindo de Souza Netto, conforme especifica; **Requerimento n.^º 7/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, requerendo revisão do Decreto n.^º 9220/2021, que trata do recadastramento anual dos associados militares estaduais em suas respectivas instituições associativas; **Requerimento n.^º 8/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa ao centenário nikkei Masato Hirasawa; **Requerimentos n.^{os} 9 e 13/2022**, do Deputado Cobra Repórter, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Adessio Búfalo, e Armando Batista Gomes; **Requerimento n.^º 10/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de voto de menção honrosa a Eladir Sarmento de Jesus; **Requerimento n.^º 11/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Sr. José Aparecido Weiller Júnior, requerendo o encaminhamento aos Prefeitos municipais do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o convênio municipal com o serviço de proteção ao crédito; **Requerimento n.^º 12/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando registro e envio de voto de menção honrosa póstuma ao Sr. Clóvis Ferreira de Jesus; **Requerimento n.^º 14/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Diretor do DER/PR, requerendo roçadas urgentes nas margens das rodovias que estavam pedagiadas; **Requerimento n.^º 16/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de votos de louvor aos Soldados: Nivaldo José Moraes Junior, Alan Foglie, Willian Alcantara Chanan e Rangel Barbosa da Cunha, integrantes da 4.^a Companhia de Cambé; **Requerimento n.^º 17/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando

envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a recuperação asfáltica e melhorias na sinalização do trevo localizado nas proximidades dos bairros Órleans e São Braz, em Curitiba, início do trecho simples da PR-418, Contorno Norte; **Requerimento n.º 18/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Cabo Vivian de Paula Oro; **Requerimento n.º 19/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo esclarecimentos sobre a remoção do efetivo dos colégios cívico militares, falta de Coordenador-Geral Policial Militar e o valor correto a ser pago aos policiais militares; **Requerimentos n.ºs 20 e 21/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro e envio de menção honrosa aos Soldados: Thiago Andre Nickel, e Everton Wisniewski; **Requerimento n.º 23/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo esclarecimentos sobre a remoção do efetivo dos colégios cívico militares, falta de Coordenador-Geral Policial Militar e o valor correto a ser pago aos policiais militares; **Requerimento n.º 24/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Pastor Josias Loureiro de Melo; **Requerimento n.º 25/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de voto de menção honrosa ao cantor e compositor Moisés Cleyton; **Requerimento n.º 26/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Sr. Flavio Wilson; **Requerimento n.º 27/2022**, da Deputada Mabel Canto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Fernando Antônio de Lima Torres; **Requerimento n.º 28/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Celso Antônio Rossi; **Requerimento n.º 29/2022**, do Deputado Alexandre Curi, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Dr. Raul Bendlin Filho; **Requerimento n.º 30/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de votos de menção honrosa ao Engenheiro Agrônomo Nelson Menoli Sobrinho; **Requerimento n.º 32/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Sr. Wilton Moraes Lopes; **Requerimento n.º 34/2022**, do

Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme específica; **Requerimento n.º 35/2022**, do Deputado Dr. Batista, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento do Irmão Daniel Graf; **Requerimento n.º 37/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de congratulações e moção de aplausos ao atleta Rangel Stelmaki Oliveira; **Requerimento n.º 40/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo medidas urgentes com relação à segurança de ciclistas no Paraná; **Requerimento n.º 41/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, requerendo que informe na fatura de água que o consumidor está isento de tributos estadual e municipal; **Requerimento n.º 43/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, requerendo esclarecimentos pela constante falta de água no bairro Porto Novo, no município de Adrianópolis; **Requerimento n.º 44/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de moção de apoio ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei n.º 7269/2017; **Requerimento n.º 45/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel, requerendo esclarecimentos pela constante falta de energia no bairro Porto Novo, no município de Adrianópolis; **Requerimento n.º 47/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando registro e envio de menção honrosa aos homenageados pelo Dia Estadual de Conscientização das Doenças Raras: Linda Franco, Shiley Ordônio, Prof.^a Daiane Kock, Mouseline Torquato Domingos, Dr.^a Mara Lucia Schmitz F. Santos, Dr. Salmo Raskin, e Hospital Pequeno Príncipe; **Requerimento n.º 48/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima e demais Parlamentares, solicitando o registro nos Anais da Casa de Nota de repúdio publicada pelo Instituto Santo Atanásio; **Requerimento n.º 49/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo o fornecimento de uniformes aos alunos matriculados no Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, situado no município de Foz do Iguaçu; **Requerimento n.º 50/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a

urgente instalação de redutor de velocidade, a redução da velocidade máxima permitida no trecho da rodovia e a sinalização horizontal e vertical na BR-376, trecho entre os municípios de Marialva e Sarandi, próximo ao Posto Amigão; **Requerimento n.º 51/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, requerendo revisão do Decreto n.º 9810, de 14 de dezembro de 2021; **Requerimento n.º 53/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme específica; **Requerimento n.º 54/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, sobre a execução e fiscalização do Contrato de Concessão da Travessia de Guaratuba para a empresa BR Travessias.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 15/2022**, da Deputada Maria Victória, requerendo a retificação do nome do homenageado no Requerimento n.º 7013, de 22 de novembro de 2021, com expedição de menção honrosa para o Sr. Ivan Domingos Cantu; **Requerimento n.º 31/2022**, dos Deputados Soldado Fruet, Coronel Lee, Ricardo Arruda e Delegado Fernando Martins, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins e Coronel Lee; **Requerimento n.º 33/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do Bloco PSL/PTB, requerendo a indicação de membros titulares para as duas vagas do Bloco Parlamentar PSL/PTB no Conselho de Ética e Disciplina: Deputado Luiz Fernando Guerra (1.ª vaga) e Deputado Delegado Fernando Martins (2.ª vaga); **Requerimento n.º 36/2022**, dos Deputados Delegado Jacovós, Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins e Coronel Lee, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins e Coronel Lee; **Requerimento n.º 39/2022**, dos Deputados Alexandre Amaro, Artagão Junior, Boca aberta Junior, Dr. Batista, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Paulo Litro e Plauto Miró, requerendo a

nomeação do Deputado Alexandre Amaro para a Presidência da Frente Parlamentar em Apoio e Defesa ao Paradesporto; **Requerimento n.º 42/2022**, dos Deputados Gilberto Ribeiro, Ricardo Arruda, Coronel Lee e Delegado Fernando Martins, requerendo a inclusão do Deputado Gilberto Ribeiro como coautor do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins e Coronel Lee; **Requerimento n.º 46/2022**, do Deputado Mauro Moraes, Líder do PSD, requerendo a indicação do Deputado Guto Silva para compor a Comissão de Cultura; **Requerimento n.º 52/2022**, do Deputado Plauto Miró, requerendo a retirada do Requerimento protocolado sob o n.º 2/2022.

Requerimento retirado pelo autor.

Requerimento n.º 2/2022, do Deputado Plauto Miró, requerendo a convocação do Diretor-Geral do DER e da sócia e administradora da BR Travessias Ltda, para prestar esclarecimentos sobre os problemas ocorridos nos últimos meses no ferry-boat de Guaratuba. **Retirado pelo autor.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 8 de fevereiro de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 659/2019, 276/2021, 505/2021 e 566/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 170/2021 e 625/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)